

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2024



TODOS
PELA
EDUCAÇÃO

Escola pública
de qualidade para
toda criança e jovem
no Brasil. Essa é a nossa
missão. Independentes
e suprapartidários,
fazemos *advocacy*
em defesa da
Educação Básica.

1

2

3

4

5

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

Um ano de conquistas e oportunidades

O ano de 2024 foi ilustrativo do quanto as vitórias são, no fundo, oportunidades. A aprovação da reestruturação do Novo Ensino Médio foi, sem dúvida, uma conquista: ela aumentou a carga horária da Formação Geral Básica, deu mais clareza aos itinerários formativos, valorizou a Educação Profissional e Técnica, e tornou a etapa mais próxima da realidade e das expectativas dos jovens. Porém, a vida dos estudantes só será impactada depois que diretrizes aprovadas forem revisadas em âmbito nacional e em cada estado. Parte das mudanças só será implementada em 2026.

Outro fruto importante foi colhido no campo da Primeira Infância: entregamos ao presidente da República o relatório final do Grupo de Trabalho Primeira Infância (GTPI), no qual exercemos o papel de coordenadores. Baseado no documento, o presidente assinou um decreto com diretrizes para a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância. Trata-se de um passo na direção de um futuro em que políticas de Educação, saúde e assistência social converseem entre si e incluam as famílias no diálogo com o poder público. Isso representa um futuro melhor para cada criança do Brasil.

Essas vitórias inspiram-nos a continuar o trabalho especialmente em outras frentes, como a busca de melhores condições para os docentes. Durante o ano de 2023, nós fortalecemos nossa posição neste debate ao apontar que o novo piso salarial dos professores trouxe perdas

para a categoria, e defendemos mudanças estruturais na formação docente que foram reunidas em uma carta entregue ao MEC. Entramos também em um debate importante nesse ano: a reformulação dos concursos atuais para esses profissionais. Uma das principais defesas que fizemos ao longo de 2024 foi a criação de uma prova nacional de ingresso na carreira docente, que se estabelecesse como etapa inicial dos certames.

Neste relatório, você verá que o ano de 2024 também foi marcado pela segunda edição do Educação Já Municípios, iniciativa criada por nós para promover o tema da Educação Básica nas campanhas eleitorais e contribuir para que ele seja uma prioridade nas gestões eleitas. Você entenderá porque a volta do Anuário Brasileiro da Educação Básica, publicado neste ano em parceria com a Fundação Santillana e a Editora Moderna, é um fato que por si só qualifica o debate público. Com nossa análise do Ideb e do Saeb 2023, você vai compreender o que há em comum entre os estados que cresceram nesses índices e entre os que regrediram.

Esses são alguns exemplos de nossa atuação em 2024. Podemos dizer que nosso trabalho contribuiu para conquistas e ajudou a preparar o país para estar à altura do que precisa ser feito. Gostaria de convidar você a ler este relatório como uma expressão de que nosso compromisso é o enfrentamento dos desafios que ainda existem.



Priscila Cruz

Presidente-executiva
do Todos Pela Educação

MENSAGENS DO CONSELHO DELIBERATIVO



O Todos Pela Educação tem sido fundamental para fortalecer o debate sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. Sua atuação, pautada por dados e diálogo qualificado, contribui para aproximar a escola de habilidades necessárias para o desenvolvimento pessoal e profissional, ampliando as oportunidades de uma inclusão digna para os jovens no mundo do trabalho.”

Ana Inoue

superintendente do Itaú Educação e Trabalho



O Todos Pela Educação tem se tornando cada vez mais plural. Com independência, transparência e atuação baseada em evidências, promove ações estruturais e qualifica o debate educacional. Em 2024, lançou o Educação Já Municípios 2024, fornecendo insumos técnicos para candidaturas e futuras gestões, além de contribuir para o aprimoramento de políticas voltadas à Primeira Infância e para um Fundeb mais equitativo.”

Binho Marques

mestre em Educação, ex-governador do Acre e ex-secretário Nacional de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE/MEC)



Em 2024, o Todos Pela Educação teve um papel decisivo no avanço das políticas públicas de Educação. Esses resultados refletem a atuação firme e independente da organização, cuja legitimidade se sustenta na consistência de sua trajetória, na credibilidade técnica, na abertura ao diálogo e, sobretudo, na independência política.”

Eduardo Vassimon

economista, presidente do Conselho de Administração da multinacional Votorantim



O Todos Pela Educação se consolidou como a principal plataforma de incidência política da sociedade civil na Educação brasileira. Três fatores sustentam essa liderança: clareza nos objetivos, equilíbrio no diálogo com diferentes forças políticas - sempre com foco no interesse público - e habilidade para construir consensos, integrando múltiplas perspectivas dentro da organização e junto aos parceiros.”

Giovanni Harvey

diretor-executivo do Fundo Baobá para Equidade Racial, ex-secretário Nacional de Políticas de Ações Afirmativas e ex-secretário-executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial



A atividade de advocacy do Todos Pela Educação tem sido fundamental para o avanço das políticas públicas de Educação, e um exemplo disso foi a aprovação da nova lei sobre o Ensino Médio. Sua atuação se destaca pela seriedade na pesquisa e no levantamento de dados, pela dedicação, pelo compromisso com a equidade e pelo profissionalismo, conferindo à organização legitimidade em seus esforços.”

Nina Ranieri

professora de Direito da USP, pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas, ex-secretária-adjunta de Ensino Superior do Estado de São Paulo e ex-membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.



Profissionalizar a docência é fundamental para transformar a Educação no Brasil. Para isso, precisamos de uma mudança radical na formação inicial e também na organização do trabalho docente nas escolas. O Todos Pela Educação não só tem pautado o debate público com dados consistentes sobre este tema, mas também entregado ao país propostas estruturantes de políticas docente.”

Paula Louzano

pedagoga pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Educação comparada pela Universidade de Stanford (EUA) e doutora em Política Educacional pela Universidade de Harvard (EUA).



A atuação do Todos Pela Educação em advocacy é essencial para a elaboração de políticas públicas que impactam positivamente a Educação no Brasil. Com base em dados e estudos técnicos, isenta de ideologias político-partidárias e alinhada às suas missões, a organização fortalece a gestão educacional e contribui de forma efetiva para o desenvolvimento da Educação no Brasil.”

Paulo Sérgio Kakinoff

CEO da Porto Seguro e ex-presidente da Gol Linhas Aéreas



O Todos Pela Educação desempenha um papel crucial na transformação da Educação Pública brasileira. Sua atuação independente e baseada em evidências tem sido fundamental para a formulação de políticas públicas eficazes, promovendo equidade e qualidade no ensino. Ao articular diversos setores da sociedade, a organização fortalece o compromisso coletivo com a melhoria contínua da Educação no país.”

Ricardo Sennes

cientista político e sócio da Consultoria Prospectiva Public Affairs Lat.Am



01

Quem somos e o que fazemos

Somos uma organização independente e suprapartidária que faz *advocacy* pela Educação Básica no Brasil. Trabalhamos para que escola pública de qualidade seja realidade para toda criança e jovem no nosso país. Nosso foco é atuar para que o poder público formule e implemente políticas públicas educacionais de maneira efetiva. Para isso, produzimos conhecimento, mobilizamos o debate público, articulamos diretamente com tomadores de decisão, coordenamos coalizões envolvendo organizações do setor e monitoramos, de forma crítica e contínua, cada passo do processo de implementação das políticas e seus resultados.

Todos na escola, com aprendizagem adequada em cada etapa e concluindo o Ensino Médio até os 19 anos.

Essa é a manchete que sonhamos para o Brasil em um futuro não tão distante, nossa visão de futuro, elaborada no contexto do planejamento estratégico para os próximos 10 anos da organização, que realizamos em 2023, com o apoio pró-bono da renomada Consultoria Bain & Company, e participação ativa de nossos conselheiros deliberativos.

Durante o processo, também definimos nossa ambição de médio prazo (10 anos), expressa em metas de acesso, aprendizagem e conclusão em 2033, considerando todas as etapas de ensino.

NOSSOS INDICADORES DE MONITORAMENTO



Taxa de atendimento por idade dos 0 a 3 anos na Creche e dos 4 aos 17 anos na escola;



Aprendizagem adequada em Língua Portuguesa e Matemática no 2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio;



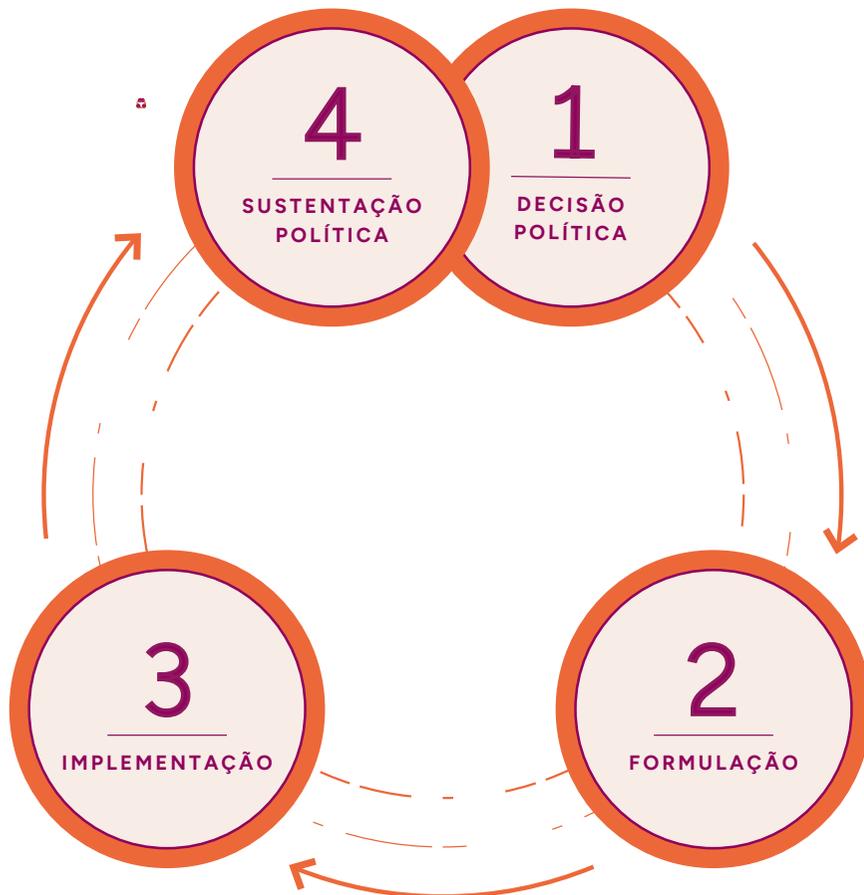
Taxa de jovens com o Ensino Médio concluído até 19 anos;



Indicadores de desigualdades, contemplando o nível socioeconômico e marcadores raciais dos estudantes brasileiros.

NOSSA TEORIA DA MUDANÇA

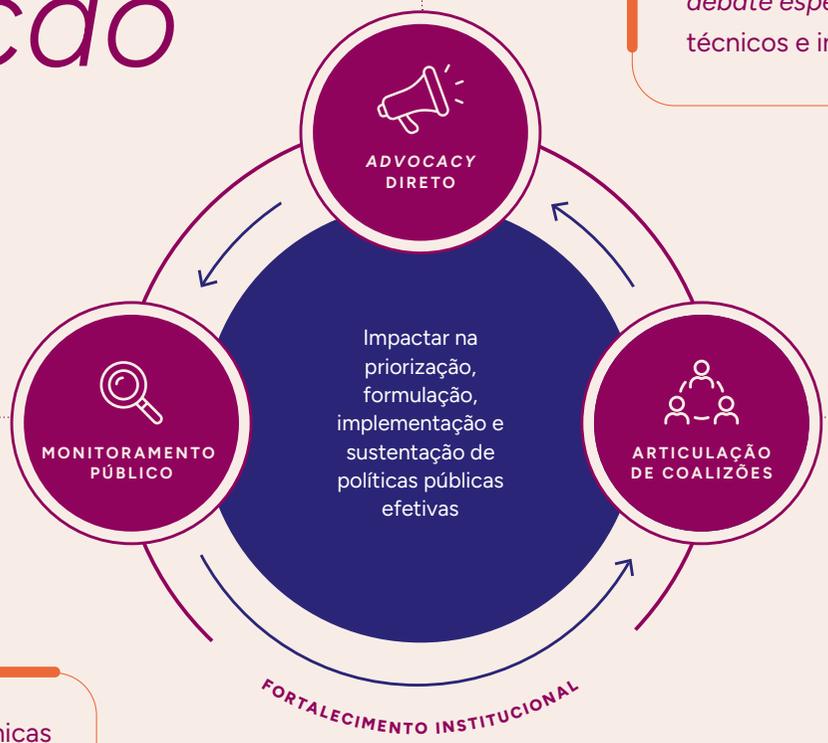
Políticas públicas efetivas são a melhor defesa da Educação



O caminho para alcançar nossa visão e nossos indicadores passa necessariamente pela via da política pública. Nossa atuação é orientada por uma agenda de políticas públicas sistêmica, transparente e em constante evolução, chamada Educação Já. Ela expressa nossos objetivos e o modo como devemos alcançá-los. Para que seja efetivada, entretanto, é preciso que haja **decisão política, formulação e implementação de políticas públicas aderentes ao Educação Já, e a sustentação política dessas medidas** de modo a garantir que elas perdurem e tenham tempo suficiente para surtir efeito. São estas quatro dimensões que o nosso advocacy busca influenciar.

Para impulsionarmos esse ciclo de mudanças, elegemos iniciativas estratégicas para o triênio 2024 — 2026 divididas em três eixos de ação: **advocacy direto, monitoramento público e a articulação de coalizões** em níveis Nacional, Estadual e Municipal.

Eixos de atuação



São ações que dialogam com as medidas prioritárias do Educação Já. Incluem *produção de conhecimento aplicado*, como estudos de fôlego com propostas para gestores públicos; *articulação com poder público*, por meio de encontros, audiências, reuniões e eventos com autoridades e tomadores de decisão; e *mobilização do debate especializado*, a partir da disseminação de materiais técnicos e incidência na imprensa e mídias sociais.

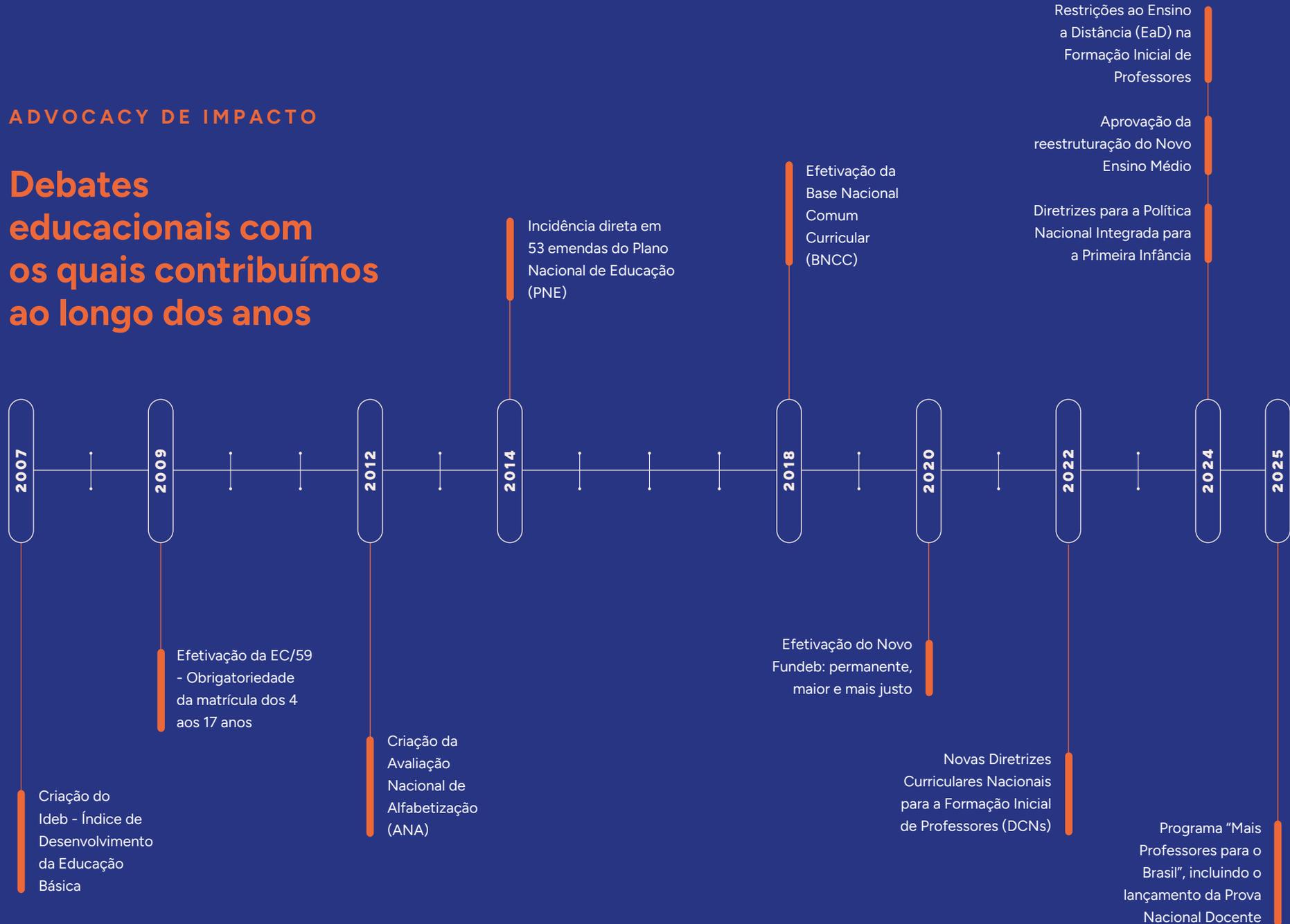
Articulamos coalizões com especialistas e organizações do setor educacional que compartilham do nosso propósito para trabalhar em sinergia e alcançar objetivos comuns. Essa união fortalece a produção conjunta de conhecimento, estimula a criação de espaços de aprendizado e impulsiona uma atuação mais coordenada das organizações sociais junto ao poder público, aumentando o impacto coletivo de ações individuais.

Inclui notas técnicas com análise de dados, resultados educacionais, além do acompanhamento sobre a formulação e implementação de políticas públicas para a Educação.

Ações institucionais que sustentam os esforços das demais frentes de *advocacy*, garantindo a força da marca, equipe motivada e alinhada, gestão responsável e independência financeira, bem como governança estratégica e transparente.

ADVOCACY DE IMPACTO

Debates educacionais com os quais contribuimos ao longo dos anos

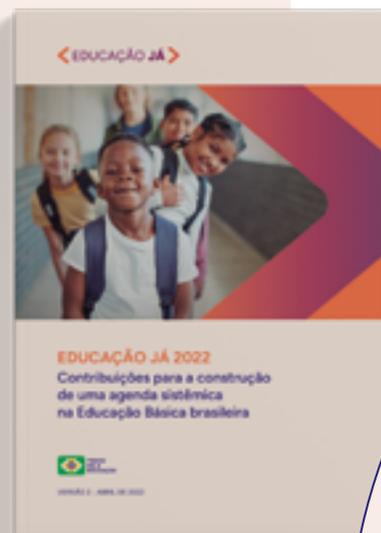


02

EDUCAÇÃO JÁ

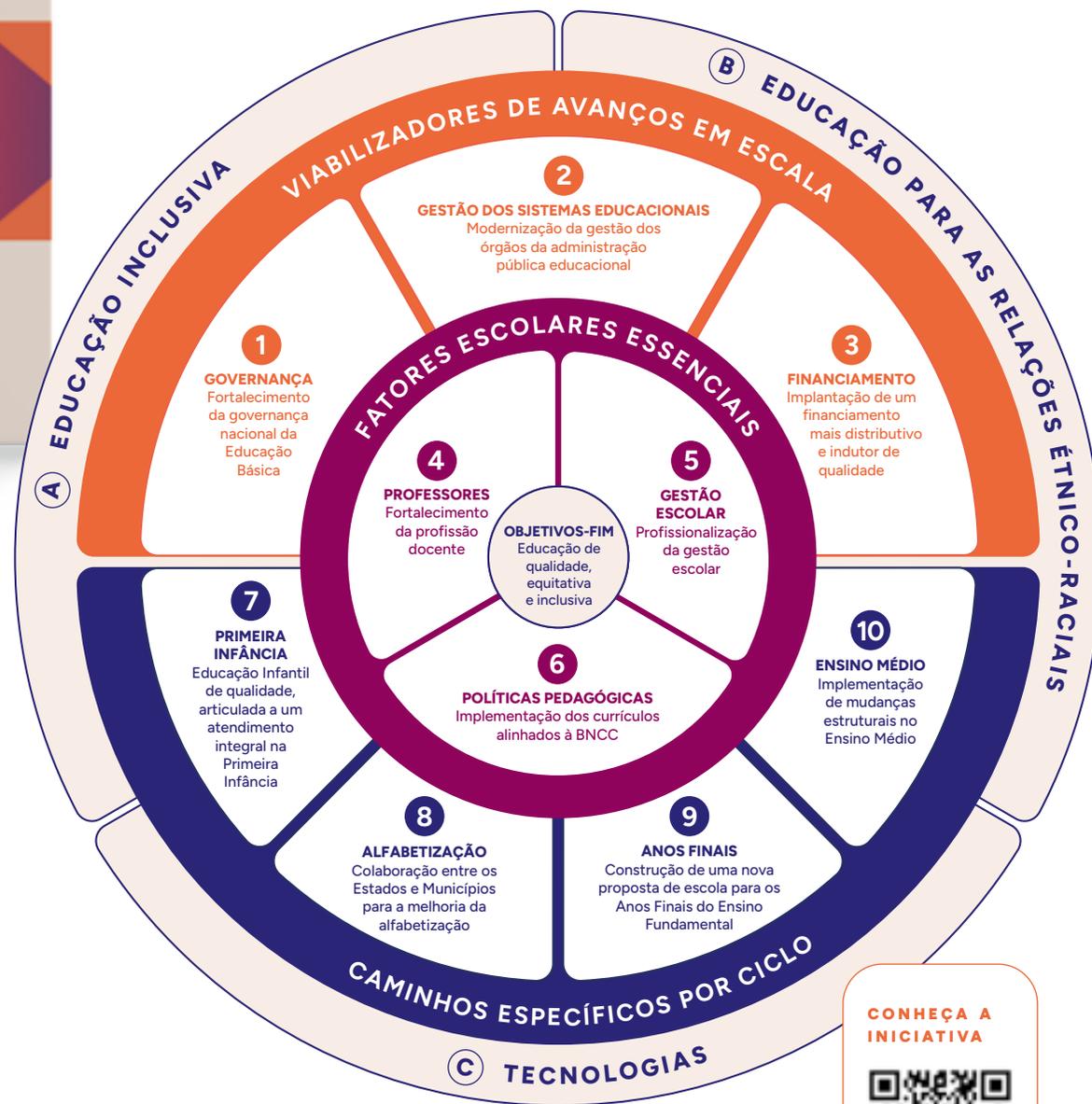
Uma agenda para a Educação Básica Pública do Brasil





A base das mudanças que o Todos Pela Educação defende está orientada por uma agenda sistêmica, transparente e em constante evolução, o Educação Já. A iniciativa, lançada em 2018 e atualizada em 2022, apresenta diagnósticos e propostas de caminhos específicos para 13 temáticas estruturais da Educação Básica.

É um documento técnico e político. Técnico, pois se baseia em evidências, a partir de pesquisas e análises de dados educacionais, além de experiências de sucesso dentro e fora do Brasil. Político, não só porque se apresenta como base para um diálogo com tomadores de decisão, mas como manifesto que conclama a sociedade para defender a Educação Pública Brasileira.



CONHEÇA A INICIATIVA



Detalhamentos das recomendações

Entre 2022 e 2023, produzimos um conjunto de documentos temáticos com apoio de especialistas em suas áreas sobre diversos temas abordados na agenda Educação Já. Cada documento se aprofunda em aspectos fundamentais da Educação Básica: Primeira Infância, alfabetização, Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Médio Integral, gestão escolar, professores, políticas pedagógicas, Equidade Étnico-Racial na Educação, Educação Inclusiva e tecnologias na Educação.

TENHA
ACESSO AOS
DOCUMENTOS



AGENDA MUNICIPAL

Educação Já municípios

Em 2024, lançamos a segunda edição da iniciativa Educação Já Municípios.

Em 2024, lançamos a segunda edição da iniciativa Educação Já Municípios. Com 62% das matrículas de todo o Brasil, os municípios são grandes agentes da Educação Básica. É deles a responsabilidade constitucional de assegurar, a todas as crianças, o acesso e as condições para aprendizagem nas creches, pré-escolas e no Ensino Fundamental. A partir de um diálogo com a agenda sistêmica do Educação Já federal, a iniciativa municipal traz recomendações para a formação de agendas para a Educação Básica no âmbito das cidades. O Educação Já Municípios 2024 reúne, em uma plataforma online, **documento homônimo, panoramas de dados educacionais de todos os municípios brasileiros e uma série de materiais formativos para gestores e equipes técnicas municipais**: guia do ICMS-Educação, que detalha como o tributo pode beneficiar tanto a Educação quanto a arrecadação municipal; guia Financiamento da Educação Municipal, que explica as fontes de financiamento municipais e suas regras de distribuição; e o guia Planejamento Estratégico de uma secretaria de Educação, com medidas adaptáveis a vários contextos de redes municipais.



03

MARCOS DE 2024

Principais iniciativas de *advocacy*

NOVO ENSINO MÉDIO

Se entre 2022 e 2023 qualificamos o debate sobre o Novo Ensino Médio, em 2024 contribuímos com o aperfeiçoamento da proposta do Ministério da Educação enviada ao Congresso Nacional. Participamos criticamente de cada etapa da aprovação do projeto de lei, pautando a imprensa, publicando análises e fazendo contribuições técnicas sobre o texto original e nas demais modificações feitas enquanto a matéria tramitava entre a Câmara e o Senado. O esforço deu resultado. A nova reforma é uma vitória da Educação brasileira, pois aumenta a carga horária da Formação Geral Básica articulada com a Educação Profissional e Tecnológica; define melhor os itinerários formativos e traz maior autonomia aos estudantes quanto à escolha de seus itinerários de aprendizado de acordo com suas habilidades.

PRIMEIRA INFÂNCIA

Compromisso importante para o presente e futuro do país teve palco em 2024: a construção de uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, assumida oficialmente pela Presidência da República. Ao lado da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, fomos a relatoria

técnica do Grupo de Trabalho do Conselho da Presidência da República sobre a Primeira Infância, e entregamos o relatório final do GT, que foi base para o decreto contendo diretrizes para a construção da política.

PROFESSORES

Nossa agenda de fortalecimento e valorização da carreira docente também avançou. Esforços que se materializaram em participações em seminários, como o da Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca), nos nossos posicionamentos públicos contra as perdas da categoria causadas pelo novo piso salarial do magistério e a favor das novas diretrizes curriculares para a formação inicial docente. Destaque para os nossos estudos sobre contratação de professores e sobre a qualidade dos concursos públicos, que pautaram o debate.

SAEB/ IDEB

Em 2024, mais uma vez, monitoramos os resultados de aprendizagem do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e, frente aos

resultados alarmantes, intensificamos nosso advocacy para chamar a atenção da sociedade sobre a responsabilidade dos gestores públicos quanto à aprendizagem dos estudantes brasileiros. Jogamos luz nos estados que vêm se destacando e alertamos sobre aqueles que pioraram nos índices.

CORRIDA ELEITORAL MUNICIPAL

Sob o guarda-chuva da iniciativa Educação Já Municípios, preparamos um pacote de ações de advocacy para colocar a Educação Básica como prioridade nas agendas das candidaturas e nos futuros planos de governo de candidatos e candidatas ao pleito de 2024. Foram documentos técnicos, suporte a sabatinas conduzidas por múltiplos veículos de imprensa, frentes de diálogo com inúmeras fundações partidárias, encontros e eventos estratégicos para mobilizar as novas gestões a agir em favor da Educação em seus territórios.

ANUÁRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Anuário Brasileiro da Educação Básica está de volta. Após um hiato de três anos, lançamos, junto a Editora Moderna e a Fundação Santillana, uma versão

mais interativa e moderna da publicação, que é uma referência de monitoramento de todas as etapas e modalidades da Educação Básica. A publicação retomou seu lugar de prestígio na qualificação do debate público, estando entre os destaques de repercussão na imprensa no ano passado.

Esta foi uma sinopse das nossas principais ações em 2024. Nas páginas a seguir, você poderá se aprofundar nelas e também entender de quais outras maneiras nossa atuação contribuiu para que nossas **crianças, adolescentes e jovens tenham uma Educação de qualidade.**

Advocacy direto prioritário

REESTRUTURAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO: UMA ESCOLA MELHOR PARA OS NOSSOS JOVENS

Sancionado em agosto de 2024, o Projeto de Lei 5320/2023, que reestrutura o Novo Ensino Médio (NEM), entregará ao país uma etapa consideravelmente melhor do que a que estava em vigor até então. Reformá-la era uma urgência. Iniciada em 2017, a primeira alteração apresentou diversos problemas que não podiam ser ignorados, sob pena de prejudicar especialmente os estudantes mais vulneráveis. Por isso, o texto final, aprovado no ano passado, foi motivo de celebração.

Entre 2022 e 2024, contribuímos de maneira técnica e independente nessa discussão, defendendo ajustes em pontos críticos, mas também a permanência e o aprimoramento dos aspectos positivos da reforma original. Desde os nossos primeiros diagnósticos, apontamos que não era só um problema de implementação e, ao mesmo tempo, defendemos que revogar tudo seria retroceder - veja o panorama completo de nossa atuação sobre o tema.

➤ CONHEÇA TODOS OS NOSSOS DOCUMENTOS SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO

DEZEMBRO DE 2022

"Contribuições para a construção de um projeto sistêmico para o Ensino Médio brasileiro";



MAIO DE 2023

"Proposições para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio";



AGOSTO DE 2023

"Contribuições para o Novo Ensino Médio a partir das propostas do Ministério da Educação";



NOVEMBRO DE 2023

"Análise sobre o Projeto de Lei nº 5.230/2023, enviado pelo Ministério da Educação ao Congresso Nacional, sobre o Novo Ensino Médio";



DEZEMBRO DE 2023

"Análise do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.230 de 2023".



MARÇO DE 2024

"Análise sobre as mudanças no Novo Ensino Médio aprovadas na Câmara dos Deputados".



JUNHO DE 2024

"Análise sobre as mudanças no Novo Ensino Médio aprovadas no Senado Federal".



JULHO DE 2024

"Análise do Projeto de Lei que reforma o Novo Ensino Médio aprovado no Congresso Nacional".



Apesar do avanço do tema com a aprovação da nova legislação, uma reestruturação efetiva da última etapa da Educação Básica só será possível com boa implementação, que deve se desdobrar a partir de 2025.

**TRABALHAMOS EM
ARTICULAÇÕES COM
O PODER PÚBLICO
PARA APOIAR
CONVERGÊNCIAS E
A PRIORIZAÇÃO DO
NOVO ENSINO MÉDIO**

Mais de 60 reuniões como encontros, audiências e eventos com autoridades e tomadores de decisão.

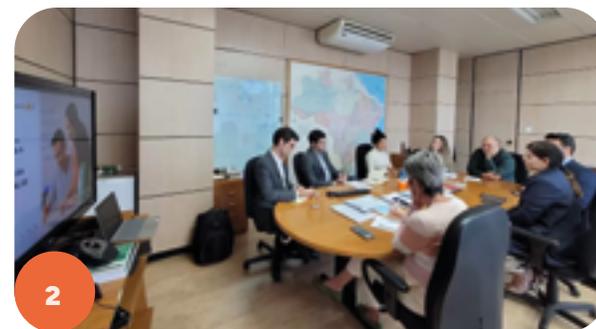
1 Priscila Cruz, nossa presidente-executiva, entrega ao ministro da Educação Camilo Santana nota técnica.

2 Equipe-executiva do Todos apresenta propostas para o Novo Ensino Médio na Secretaria de Articulação Intersectorial e com os Sistemas de Ensino (Sase) do MEC.

3 Priscila Cruz e Israel Batista, ambos do Todos, entregam relatório sobre o NEM à senadora Professora Dorinha Seabra (União - TO), relatora do tema no Senado.

4 Deputados Pedro Campos (PSB - PE), Tabata Amaral (PSB - SP), Renan Ferreirinha (PSD - RJ) e Duarte Junior (PSB - MA) recebendo membros da equipe-executiva do Todos e um de nossos relatórios sobre o Ensino Médio brasileiro.

5 Olavo Nogueira Filho, diretor-executivo do Todos, apresenta ao Centro do Professorado Paulista (CPP) propostas para o NEM.



MOBILIZAMOS O DEBATE ESPECIALIZADO A PARTIR DA INCIDÊNCIA NA IMPRENSA

No total, foram cerca de 1.160 entrevistas e menções ao Todos Pela Educação em matérias e editoriais dos principais veículos de comunicação do Brasil.

O GLOBO

Substituto do projeto da reforma do ensino médio precisa avançar

Brasil não é profeta, mas o ministro da Educação e o governo federal devem avançar na reforma

Desde que foi aprovada a Lei do Novo Ensino Médio, o Brasil não tem avançado na implementação da reforma. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, afirmou que o governo federal deve avançar na reforma. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, afirmou que o governo federal deve avançar na reforma. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, afirmou que o governo federal deve avançar na reforma.

O GLOBO

Reforma do ensino médio satisfaz à demanda dos próprios estudantes

Proprietários de escolas e pais de alunos aprovam o projeto

Graças à reforma do ensino médio, os estudantes brasileiros estão mais satisfeitos com o ensino médio. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, afirmou que o governo federal deve avançar na reforma. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, afirmou que o governo federal deve avançar na reforma.

Opinião do GLOBO

Proposta do MEC para ensino médio pode ficar melhor

Qual proposta está sendo considerada para o ensino médio?

Qual proposta está sendo considerada para o ensino médio? O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, afirmou que o governo federal deve avançar na reforma. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, afirmou que o governo federal deve avançar na reforma.



Entrevista • Estadão / Educação

Novo ensino médio é avanço e tempo integral deveria ser 'mantra' no Brasil, diz especialista

Gabriel Corrêa, do Todos pela Educação, diz que mudanças na lei foram positivas e mantiveram conceito de currículo flexível, integrado a ensino técnico e profissional

Mudança no novo ensino médio trouxe avanços, dizem especialistas



> **TRÊS PONTOS
POSITIVOS
DO TEXTO
APROVADO**

**ACESSE TODO
O MATERIAL
TÉCNICO QUE
LANÇAMOS
SOBRE O TEMA**



1

**CARGA HORÁRIA DA FORMAÇÃO GERAL BÁSICA (FGB)
CONCILIADA COM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Antes do projeto de lei aprovado, a carga horária máxima da FGB era de 1.800 horas (para o período de três anos do Ensino Médio). Agora, ela passa a ser de, no mínimo, 2.100 ou de 2.400 horas, a depender do percurso formativo escolhido. Um dos problemas da carga anterior máxima é que ela diminuía em muito o tempo dedicado a disciplinas da Base Nacional Comum Curricular durante o Ensino Médio. A nova carga horária também permite que sistemas de ensino que tenham carga horária ampliada (como é o caso de escolas de tempo integral) tenham flexibilidade para trabalhar a FGB em mais tempo.

2

DEFINIÇÃO DOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS

É muito importante que os itinerários tenham sido estabelecidos como aprofundamentos das áreas do conhecimento ou de formação técnica e profissional. O texto aprovado torna específico o entendimento da formação técnica e profissional, ao dizer que ela deverá ser “organizada de acordo com os eixos tecnológicos e as áreas tecnológicas definidos nos termos previstos nas diretrizes curriculares nacionais de Educação Profissional e Tecnológica, observados o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC)”. Outra definição importante da reforma é que as diretrizes nacionais de aprofundamento das áreas do conhecimento sejam elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

3

**LIBERDADE DE ESCOLHA DOS JOVENS
QUANTO AOS ITINERÁRIOS FORMATIVOS**

Todas as escolas de Ensino Médio deverão ofertar aprofundamento integral das quatro áreas do conhecimento. Estes percursos devem ser organizados em, no mínimo, dois itinerários formativos distintos (a exceção são escolas que ofertam formação técnica e profissional). A lei anterior previa que os sistemas de ensino deveriam oferecer essa variedade mínima de itinerários por município (e não por escola). Isso torna o Ensino Médio mais atrativo e melhor sintonizado com o projeto de vida de cada estudante.

A VOZ DE QUEM ESTUDA: PESQUISA DE OPINIÃO “JOVENS INGRESSANTES NO ENSINO MÉDIO”

Além das produções focadas no PL, também qualificamos o debate em torno do Ensino Médio com uma pesquisa de opinião amostral que ouviu jovens entre 14 e 16 anos ingressantes na etapa, encomendada ao Instituto Datafolha e realizada presencialmente entre janeiro e fevereiro de 2023. A pesquisa revelou que a manutenção do modelo mais flexível do Ensino Médio vai ao encontro do desejo da maior parte dos jovens: a maioria deles deseja uma escola mais flexível. Quase dois terços (65%) dos entrevistados manifestaram o desejo de um currículo que englobe tanto disciplinas comuns a todos quanto outras que permitam navegar em áreas de interesse pessoal ou cursar o técnico – ou seja, estão de acordo com a essência do NEM. Quando se considera apenas aqueles que dizem ter conhecimento sobre a reforma do Ensino Médio (pouco menos da metade dos jovens), o indicador sobe para 70%.

A segunda parte dos dados, que lançamos em abril de 2024, trouxe outros valiosos insumos, agora mais focados no interesse em tempo integral e na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), outras duas dimensões importantes do NEM. Sete em cada dez jovens respondentes pretendiam estudar e trabalhar durante a etapa de ensino – 74% entre estudantes da rede pública e 55% da

privada. A pesquisa mostrou também que 33% dos alunos que não estudam em tempo integral indicaram como razão dessa escolha questões relacionadas ao trabalho: 20% deles dizem trabalhar para ter independência financeira e 13%, para ajudar a família.

Esses são dados importantes para pensarmos políticas de bolsa e poupança para estudantes do Ensino Médio, como o “Pé-de-Meia”, do governo federal.

NOTA TÉCNICA SOBRE O PROGRAMA “PÉ-DE MEIA”: INCENTIVO FINANCEIRO-EDUCACIONAL

Focado em jovens estudantes de todas as modalidades do Ensino Médio pertencentes às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, o Programa “Pé-de-Meia” é uma política de incentivo financeiro-educacional para estudantes do Ensino Médio, criada e regulamentada em janeiro de 2024 pelo governo federal. O programa tem potencial para mitigar alguns dos principais desafios do Ensino Médio, que apresenta indicadores críticos de abandono e evasão. Porém, para alcançar seus objetivos, outras políticas precisam andar em conjunto, como as definições e a implementação de ajustes no Novo Ensino Médio, a expansão da formação técnica e profissional e o aumento das escolas em tempo integral no país. Em uma análise técnica sobre o tema, destacamos pontos positivos e pontos de atenção.

Entre os pontos positivos estão a combinação de pagamentos recorrentes e de poupança; o repasse de recursos feito diretamente para estudantes; as condicionalidades bem planejadas do programa; e o apoio financeiro aos jovens para o início da vida adulta. Por outro lado, exigem atenção os objetivos muito amplos e falta de metas claras; desconsideração de repasses adicionais para estudantes em escolas em tempo integral; desafios para mensurar a frequência escolar dos estudantes; e falta de incentivo para o Enem, para que estudantes tenham maior dedicação no exame.

CUIDAR DAS CRIANÇAS
É CUIDAR DO FUTURO

Por uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância (PNIPI)

Nos últimos anos, e com apoio da Fundação Bracell, dedicamos esforços significativos para contribuir com o avanço das políticas públicas para a Primeira Infância, etapa dos 0 a 6 anos que corresponde ao período de maior desenvolvimento cerebral de uma pessoa. Em maio de 2023, nossa presidente-executiva Priscila Cruz passou a integrar, de forma voluntária, o Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável, órgão consultivo vinculado à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, também conhecido como “Conselhão”.

A partir do Conselhão, em agosto de 2023, foi instalado o Grupo de Trabalho (GT)

Primeira Infância, com o objetivo de elevar a prioridade da pauta na agenda do Governo Federal de forma transversal entre os diferentes ministérios, e de colaborar para a **criação da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância (PNIPI)**. O Todos e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal foram escolhidos como responsáveis pela relatoria técnica das atividades do grupo e Priscila integrou a coordenação do GT ao lado de Claudia Costin, Gabriel Chalita, Ligia Moreiras, Marlova Noletto, Neca Setubal e Pedro Ivo Viana Moura.

As atividades do grupo incluíram uma série de discussões, rodadas de escuta e encontros técnicos para subsidiar a construção da PNIPI.

O então ministro da Secretaria de Relações Institucionais Alexandre Padilha, Priscila Cruz, nossa presidente-executiva, e o presidente da República Lula na 2ª Plenária do Conselhão.

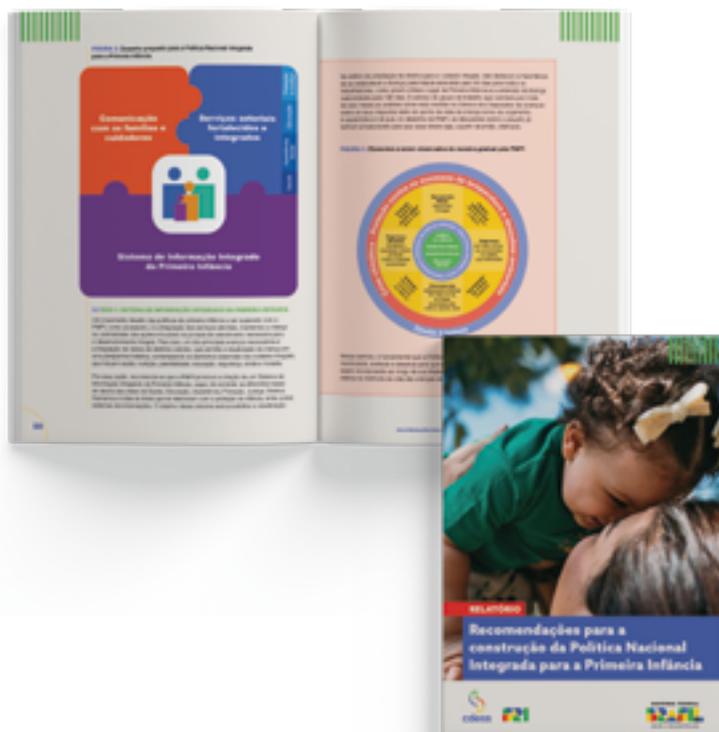


DOCUMENTO PLURAL, RELATÓRIO REÚNE RECOMENDAÇÕES PARA A PNIPI

O trabalho do GT resultou na produção de um relatório com recomendações para a construção de uma inédita Política Nacional Integrada para a Primeira Infância. O documento teve como relatoria técnica o Todos e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), com coordenação de Priscila Cruz, do Todos; Mariana Luz, da FMCSV; e do Vital Didonet, da Rede Nacional Primeira Infância. Em junho de 2024,

o GT apresentou-o ao ministro da Secretaria de Relações Institucionais Alexandre Padilha e, no mesmo mês, entregou o relatório final na Plenária do Conselho, que embasou a assinatura de um decreto pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no qual são dispostas as diretrizes para a instituição da política e a criação de um novo Comitê Interministerial sobre o tema. Priscila destacou a importância do compromisso do governo com todo o conjunto de recomendações. “Elas são resultado de um trabalho árduo de muitas pessoas, que há anos, dentro e fora de governos, vêm trabalhando para garantir direitos fundamentais das nossas crianças”, afirmou, na ocasião.

O trabalho do GT resultou na produção de um relatório com recomendações para a construção de uma inédita Política Nacional Integrada para a Primeira Infância. O documento teve como relatoria técnica o Todos e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), com coordenação de Priscila Cruz, do Todos; Mariana Luz, da FMCSV; e do Vital Didonet, da Rede Nacional Primeira Infância. Em junho de 2024, o GT apresentou-o ao ministro da Secretaria de Relações Institucionais Alexandre Padilha e, no mesmo mês, entregou o relatório final na Plenária do Conselho, que embasou a assinatura de um decreto pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no qual são dispostas as diretrizes para a instituição da política e a criação de um novo Comitê Interministerial sobre o tema. Priscila destacou a importância do compromisso do governo com todo o conjunto de recomendações.



“Elas são resultado de um trabalho árduo de muitas pessoas, que há anos, dentro e fora de governos, vêm trabalhando para garantir direitos fundamentais das nossas crianças”

Priscila Cruz
presidente-executiva



1 e 2 Priscila Cruz e equipe-executiva do Todos entregam ao então ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o relatório com recomendações para a PNIP.

3 Terceira plenária do Conselho que contou com a assinatura do decreto presidencial. Ao lado direito do presidente Lula está Priscila Cruz.

Por que apoiar a Primeira Infância é o investimento mais inteligente?

Fala da Priscila Cruz durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, em Brasília (DF), em junho, onde o presidente Lula instituiu as diretrizes para a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância e também criou um comitê intersetorial sobre o tema no governo.

“Sabe por que que não tem lobby das mães e não tem lobby dos bebês? Porque essas crianças e essas mães estão lá, às 4:30 da manhã, em um ponto de ônibus, para ser a primeira da fila do posto de saúde, porque ela têm que vacinar rápido. Ela precisa ter um atendimento rápido, porque ela tem que devolver essa criança para Creche ou para a vizinha, e, assim, voltar ao trabalho, para o patrão não mandá-la embora. Não tem lobby porque essa carga de cuidado com as crianças, que deveria ser de todos nós, está com a mãe! Vital Didonet, que está aqui e que é um grande militante da primeira infância, fala o seguinte: as políticas para a primeira infância são integradas, mas são pelas mães, não por nós. Precisamos integrar essas políticas. Essas mães precisam

da nossa ajuda. O peso nas costas delas é muito grande, por isso a gente tem aqui, neste conselho, uma grande oportunidade - de fazer as vozes dessas mães serem ouvidas e, mais do que isso, defender uma política que integre todos esses serviços, que é a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância. Para formar um cérebro capaz de um milhão de conexões, essa criança precisa de estímulo, vínculo e afeto, mas três quartos das crianças que estão CadÚnico só têm a mãe, não têm pai cuidando. Como elas dão conta de todo o estímulo sozinhas? As mulheres nesse país sabem disso - nada é mais inteligente do que um país focar, priorizar a primeira infância. Uma criança que é cuidada consegue atravessar as milhares de tempestades que ela vai enfrentar na vida. Essa vida é muito difícil, ainda mais para uma criança mais pobre. E descuidar da infância é esvaziar nosso futuro. Para termos esse cuidado, precisamos ter política pública, e para ter política pública de verdade, precisamos de decisão política, presidente. E a decisão política precisa ter uma voz forte da liderança do país dizendo: ministérios, eu quero priorizar a Educação. Eu quero priorizar a primeira infância. É inteligente fazer isso, é cuidar não só do presente, mas é cuidar do futuro. Tem um ditado africano que diz o seguinte: é necessária uma aldeia inteira para cuidar de uma criança. Eu queria atualizar e trazer para o Brasil: precisamos de um Brasil inteiro para cuidar das crianças. Se não tivermos o Brasil inteiro cuidando delas, não será possível construir esse país. Podemos ser o primeiro grande país a ter uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância.”



ORGANIZAÇÕES E ENTIDADES QUE COLABORARAM COM O GT PRIMEIRA INFÂNCIA

- › Atricon - Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil
- › Blavatnik School of Government
- › Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb)
- › Coalizão Brasileira Pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes
- › Conselho Nacional de Educação
- › Conselho Nacional de Justiça
- › Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - Conasems
- › Conselho Nacional de Secretários de Saúde - Conass
- › Conselho Nacional da Criança e do Adolescente - Conanda
- › Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
- › Fundação Van Leer
- › Fundação Bracell
- › Fundação José Luiz Egydio Setúbal
- › Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância
- › Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos - FNP
- › Instituto Alana
- › Instituto Articule
- › Instituto Avisa Lá
- › Instituto da Infância (Ifan)
- › Instituto PIPA
- › Instituto Rodrigo Mendes
- › Ita Social
- › Núcleo Ciência Pela Infância
- › Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)
- › Pacto Nacional Pela Primeira Infância Projeto TEA
- › Rede Nacional Primeira Infância
- › UNAS Heliópolis
- › Unesco
- › União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)



COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA NACIONAL INTEGRADA PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

Em outubro, ocorreu um importante avanço para o tema: o Governo Federal instalou o Comitê Intersetorial da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, responsável pela coordenação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento infantil no Brasil, com a participação da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. A iniciativa tem como foco a definição de atribuições e ações prioritárias para garantir o pleno desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos, e busca estabelecer uma atuação integrada entre diferentes ministérios. O comitê foi estruturado em cinco eixos prioritários, cada um sob a coordenação de um ministério específico:

**CONHEÇA TAMBÉM
A LISTA DE
ESPECIALISTAS,
GESTORES E
ORGANIZAÇÕES
QUE CONTRIBUÍRAM
COM O GT PRIMEIRA
INFÂNCIA**





VIVER COM DIREITOS

Coordenado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o objetivo deste eixo é assegurar a proteção e defesa dos direitos das crianças, com ênfase na prevenção e combate ao abuso e a todas as formas de violência;



CUIDAR E EDUCAR

Sob a liderança do Ministério da Educação, esse eixo visa promover o desenvolvimento integral das crianças, garantindo o acesso a cuidados adequados, Educação Infantil de qualidade e Ensino Básico;



VIVER COM SAÚDE

Coordenado pelo Ministério da Saúde, o foco deste eixo é garantir o cuidado integral à saúde das crianças, com ações que envolvem desde a atenção básica até a promoção de um ambiente saudável para o crescimento infantil;



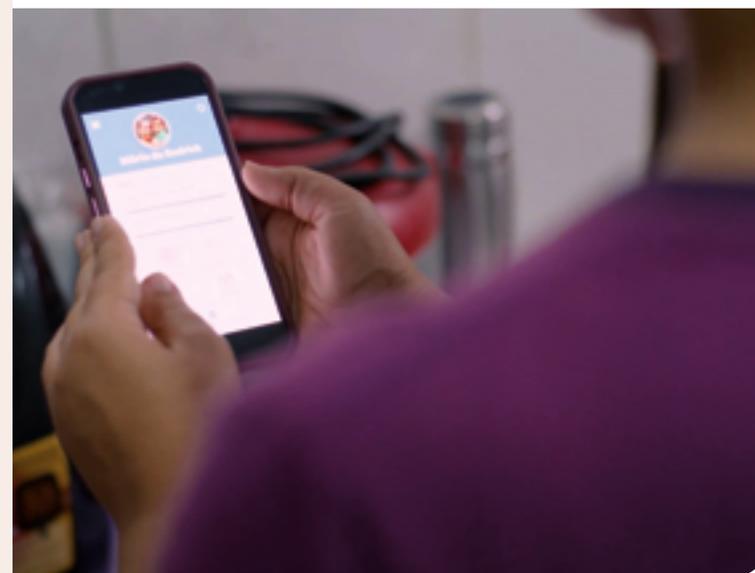
VIVER COM DIGNIDADE

O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome está à frente deste eixo, que busca assegurar o acesso das crianças e suas famílias a serviços de proteção e assistência social;



INTEGRAÇÃO DE INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÃO COM AS FAMÍLIAS

Sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República, este eixo tem como objetivo fortalecer a comunicação e o fluxo de informações entre as famílias e o Estado, promovendo maior integração e suporte às políticas públicas.



SUPERAPP PELA PRIMEIRA INFÂNCIA: INTEGRAÇÃO NA TELA DO CELULAR

Os frutos do Comitê começaram a surgir já em 2024, com o anúncio da criação, pelo governo federal, de um aplicativo que integra dados de saúde, Educação e assistência social. Inspirada em ações brasileiras locais, como de Recife, a ideia é que as famílias incluam dados da criança desde o nascimento até os 6 anos de idade. A novidade do aplicativo é unificar, em uma plataforma acessível às famílias, dados que hoje estão distribuídos em bases de informações diferentes. A iniciativa é um pilar importante para efetivar uma Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, e deve se tornar prioridade no governo federal.

Em abril, Priscila Cruz participou do lançamento da Caderneta da Criança do

Recife, que utiliza tecnologia, inclusive com inteligência artificial, para a integração de dados intersetoriais e serviços para a Primeira Infância. A plataforma integra informações de saúde, Educação e assistência social — como vacinação, agenda de consultas médicas, interesse em vagas em creches, entre outras. O Todos e o Cieb têm apoiado esses esforços em Recife. Também visitamos a secretaria do estado do Piauí, que está desenvolvendo suporte tecnológico semelhante. Essas são iniciativas que se destacam por oferecerem suportes às mães e famílias, como apontamos em artigo no jornal O Globo. O Brasil tem condições tecnológicas de integrar bases de dados, e é a chance de se tornar país-referência em governo digital para nossas crianças.

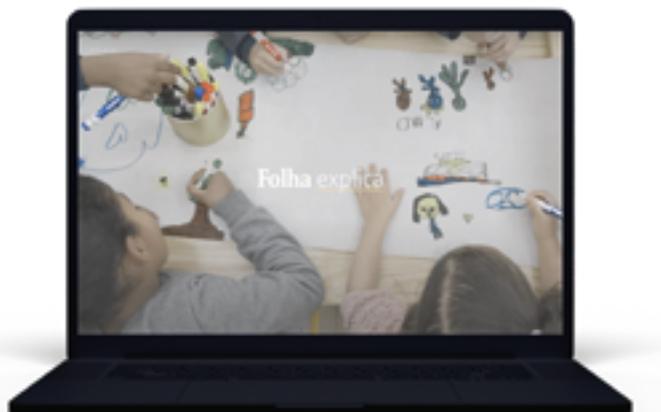


Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos, e Julia Sant'Anna, diretora-executiva do Cieb, em evento promovido pela Prefeitura do Recife, que anunciou o lançamento da Caderneta da Criança Digital.



● SEMINÁRIO TRANSVERSALIDADE

Priscila Cruz participou do Seminário Transversalidade nas Políticas Públicas, iniciativa do Ministério do Planejamento, em parceria com Unicef Brasil e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ela falou sobre a importância da articulação multissetorial, com foco nas áreas de saúde, Educação e assistência Social, e defendeu a criação de uma Política Nacional Integrada de Primeira Infância.



A PRIMEIRA INFÂNCIA NO JORNAL

Série Especial na Folha de S. Paulo

Em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, apoiamos a produção da série jornalística “Primeira Infância”, publicada pelo jornal Folha de S. Paulo entre maio e agosto. A série abordou a importância dos primeiros seis anos de vida na formação e no desenvolvimento de crianças e adolescentes, e seu impacto na sociedade. A iniciativa incluiu reportagens, entrevistas e análises de dados que debateram como o investimento na infância se transforma em retornos para o país. Ao jornal, Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos Pela Educação, afirmou que “É importante que a gente chame atenção para uma política que muitas vezes é invisível e não ganha a importância que tem de fato”.

SÉRIE PRIMEIRA INFÂNCIA

Folha lança série sobre a primeira infância no Brasil

Projeto abordará importância dos primeiros seis anos de vida na formação das crianças e os impactos para a sociedade

SÉRIE PRIMEIRA INFÂNCIA

Estresse tóxico na primeira infância gera dificuldade de aprendizado e de socialização

Situações de violência e de negligência nos primeiros anos de vida afetam saúde física e mental

SÉRIE PRIMEIRA INFÂNCIA

Insegurança alimentar na infância afeta desenvolvimento socioeconômico do país

Falta de comida em quantidade suficiente atinge 2,3 milhões e pode prejudicar aprendizagem, saúde e até renda

SÉRIE PRIMEIRA INFÂNCIA

Especialistas defendem primeira infância como prioridade nas eleições 2024

Investimentos nessa etapa da vida reduzem desigualdade e têm alta taxa de retorno econômico, mostram estudos

SÉRIE PRIMEIRA INFÂNCIA

Governo Lula institui política nacional para a primeira infância

Resolução prevê diretrizes para implementação do Marco Legal da Primeira Infância

SÉRIE PRIMEIRA INFÂNCIA

Abordagem racial adequada contribui para autoestima na primeira infância

Negligência e discriminação prejudicam o entendimento da criança sobre si mesma

SÉRIE PRIMEIRA INFÂNCIA

Crianças pobres e negras têm menor acesso à saúde e educação na primeira infância; veja gráficos

Período que vai de 0 a 6 anos de idade é determinante para o desenvolvimento humano

SÉRIE PRIMEIRA INFÂNCIA

Genes influenciam, mas alimentação inadequada e pobreza afetam mais o desenvolvimento infantil

Análise dos primeiros mil dias de mães e seus bebês pode guiar políticas públicas para redução das desigualdades na infância

SÉRIE PRIMEIRA INFÂNCIA

Visita domiciliar pode reduzir mortalidade neonatal e ajuda a identificar doenças em crianças

Projetos sociais com foco na primeira infância têm impacto na vida das famílias

SÉRIE PRIMEIRA INFÂNCIA

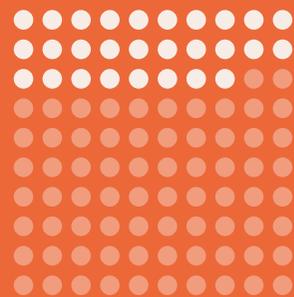
Países investem em políticas para primeira infância, mas enfrentam limitações

Colômbia e Japão têm problemas de acesso; na Dinamarca, há desinteresse pela profissão de educador, que tem baixos salários

DIREITO CONSTITUCIONAL

Oferta de creches ainda é insuficiente

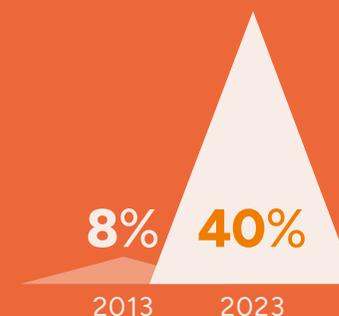
A Creche é um espaço de interação social para a criança, que diversifica e aprofunda as primeiras aprendizagens. É também um espaço seguro, de cuidado e de desenvolvimento pessoal. No Brasil, 2,3 milhões de crianças de 0 a 3 anos não estão em creches por dificuldades de acessar o serviço, conforme levantamento realizado pelo Todos, em abril, a partir de dados da pesquisa Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C) Educação 2023, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As famílias não são obrigadas a matricular suas crianças em creches, mas a oferta de vagas é um dever constitucional: 6 entre 10 famílias gostariam que seus filhos frequentassem a Creche, mas apenas 4 são atendidas.



28%

das crianças das famílias mais pobres não estão em creches por dificuldade de acesso. Entre as famílias mais ricas, este número cai para 7%

O percentual de crianças indígenas de até 3 anos matriculadas em creches atingiu o seu ponto mais alto em uma década, saltando de 8% em 2013 para 40% em 2023.



Apenas **24,8%** dessas instituições dispõem de material pedagógico



Somente **12,8%** possuem bibliotecas ou salas de leitura



Apenas **5,5%** das escolas têm banheiros adequados para a faixa etária das crianças



Além disso, apenas **4,3%** têm acesso à internet e cerca de 30% delas sofrem problemas de fornecimento de energia.

Recomendações de Políticas Educativas para as Gestões Municipais (2025-2028)

Em 2024, lançamos a segunda edição do Educação Já Municípios, iniciativa que traz recomendações de políticas educacionais para apoiar a construção das agendas municipais para a Educação Básica, com foco nos próximos quatro anos. O material baseia-se nas melhores evidências e experiências brasileiras, e indica caminhos para que as gestões municipais façam frente aos desafios atuais, aproveitando a janela de oportunidade do início de gestão para fortalecer ou avançar mudanças estruturais. O documento está organizado em três partes principais:

1 Contexto e objetivos da gestão educacional nos municípios, que aborda as atribuições dos municípios na oferta da Educação Básica, apresenta dados da Educação municipal no Brasil e indica três objetivos prioritários para orientar as gestões;

2 Premissas norteadoras para a formulação e a implementação de políticas educacionais, que destacam as condições necessárias para o sucesso de uma agenda que busca a estruturação de um sistema educacional de alta qualidade;

3 Recomendações de políticas educacionais, que apresenta uma visão sistêmica para a gestão educacional municipal, com recomendações para seus principais elementos e políticas públicas.





Ivan Gontijo, gerente de Políticas Educacionais do Todos, em apresentação à Fundação Ulysses Guimarães (MDB),

No Brasil, o nível adequado na aprendizagem em Língua Portuguesa nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (5º ano) saltou de 28% em 2007 para 61% em 2019.

EVOLUÇÕES NO IDEB, ENTRE 2007 E 2019 (5º ANO - REDE MUNICIPAL)

- Coruripe/AL (de 4,1 para 8,9)
- Teresina/PI (de 4,4 para 7,4)
- Sobral/CE (de 4,9 para 8,4)

Inspiração em casos de sucesso - O Brasil tem muito o que aprender com o Brasil

A construção do documento Educação Já Municípios 2024 considerou um processo de consulta com entidades representativas dos municípios, atuais e ex-lideranças de secretarias municipais de Educação e organizações da sociedade civil. Dentre as organizações do terceiro setor que colaboraram para a produção estão as parcerias da **Coalizão Educação Já Municípios**: Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb); Centro Lemann; Itaú Social; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Instituto Península; Instituto Rodrigo Mendes; Movimento Profissão Docente. Também participaram as organizações Fundação Bracell e Parceiros da Educação.

No âmbito do projeto também realizamos apresentações a nove fundações partidárias, com o objetivo de qualificar seus programas de governo para alcançar avanços educacionais. Buscando o diálogo democrático, independente e suprapartidário, o Todos esteve com as seguintes fundações: Espaço Democrático (PSD),

Fundação João Mangabeira (PSB), Fundação Francisco Dornelles (Progressistas), Fundação Leonel Brizola (PDT), Fundação Perseu Abramo (PT), Fundação Podemos (Podemos), Fundação Ulysses Guimarães (MDB), Instituto Índigo (União), Instituto Teotônio Vilela (PSDB).

Em uma plataforma online interativa lançada em agosto, além de reunirmos o documento técnico, também oferecemos um guia com objetivos e prioridades para as gestões, panoramas de dados educacionais de todos os municípios brasileiros, além das cartilhas informativas sobre o ICMS-Educação, financiamento e planejamento estratégico. O Educação Já Municípios 2024 apresenta recomendações de políticas públicas educacionais para a formação das agendas municipais para a Educação Básica no período de 2025 a 2028; panoramas de dados educacionais de todos os municípios brasileiros; e cartilhas informativas sobre o ICMS-Educação, financiamento e planejamento estratégico.



EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE

Encontro focado em Educação reúne prefeitos eleitos e reeleitos de grandes cidades

O que faz um prefeito ou prefeita que valoriza a Educação? Esse foi o mote do encontro “Educação como prioridade”, realizado pelo Todos e que reuniu prefeitos e prefeitas eleitos de cidades com mais de 500 mil habitantes, lideranças partidárias e ministros de Estado. Durante o evento, estratégias de fortalecimento da Educação Básica foram debatidas; experiências bem sucedidas em âmbito municipal e estadual, e desafios comuns foram apresentados; além de caminhos para elevar a prioridade da pauta nas gestões municipais no ciclo de 2025-2028. Trinta e quatro municípios enviaram representantes para o encontro. Na ocasião, Priscila Cruz destacou que a atuação dos municípios, responsáveis pelas matrículas da Creche, Pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, está na base do desenvolvimento social e econômico do país.

O Ministro da Educação Camilo Santana fez a abertura do evento convidando prefeitos e prefeitas eleitos e reeleitos a liderar os processos educacionais de suas cidades; Gilberto Kassab (ex-prefeito de São Paulo), Cinthia Ribeiro (Palmas) e Ivo Gomes (Sobral), por sua vez, compartilharam, no primeiro painel, os aprendizados acumulados em suas experiências como gestores municipais; já no segundo painel, Adriano Silva (Joinville), João Campos (Recife) e Lorenzo Pazolini (Vitória) relataram os desafios para colocar a Educação no centro da gestão; por fim, no último painel, a visão interfederativa foi compartilhada com as experiências dos governadores Rafael Fonteles (Piauí), Raquel Lyra (Pernambuco) e Ronaldo Caiado (Goiás).





1 Foto panorâmica da plenária do evento

2 Almoço com autoridades durante evento

3 Camilo Santana, ministro da Educação

4 Gilberto Kassab (ex-prefeito de São Paulo-SP)

5 Cinthia Ribeiro (Palmas-TO), Ivo Gomes (Sobral-CE) e Gabriel Corrêa (Todos Pela Educação)

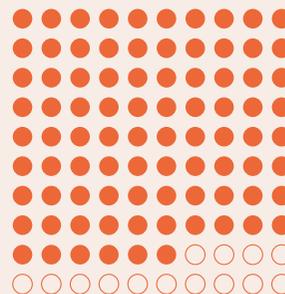
6 João Campos (Recife-PE), Adriano Silva (Joinville-SC), Lorenzo Pazolini (Vitória-ES) e Olavo Nogueira Filho (Todos Pela Educação)

7 Rafael Fonteles (Piauí), Ronaldo Caiado (Goiás), Raquel Lyra (Pernambuco) e Priscila Cruz (Todos Pela Educação)

PESQUISA FAMÍLIAS: EDUCAÇÃO MUNICIPAL E TEMPO INTEGRAL

A compreensão das demandas das famílias com crianças e jovens em idade escolar é fundamental para a criação de políticas públicas de Educação. Nesse contexto, em dezembro, publicamos a pesquisa “Opinião das famílias: percepções e contribuições para a Educação municipal”, encomendada pelo Todos, em parceria com a Fundação Itaú, e realizada pelo Instituto Datafolha entre os meses de julho e agosto.

Os dados revelam que as famílias demandam melhorias na Educação municipal, e consideram como prioridades a **ampliação do acesso às escolas de tempo integral, melhorias na infraestrutura e maior suporte aos professores.**



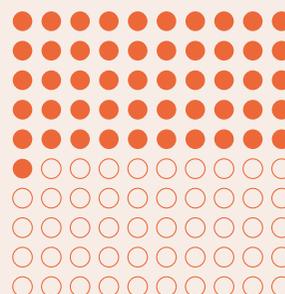
86%

concordam que deve haver **maior acompanhamento do desenvolvimento dos filhos;**



6 entre 10

afirmam que seus filhos **estão aprendendo o esperado para a idade;**



51%

das pessoas concordam que **“muitos estudantes estão abandonando a escola”.**

Valorização Docente

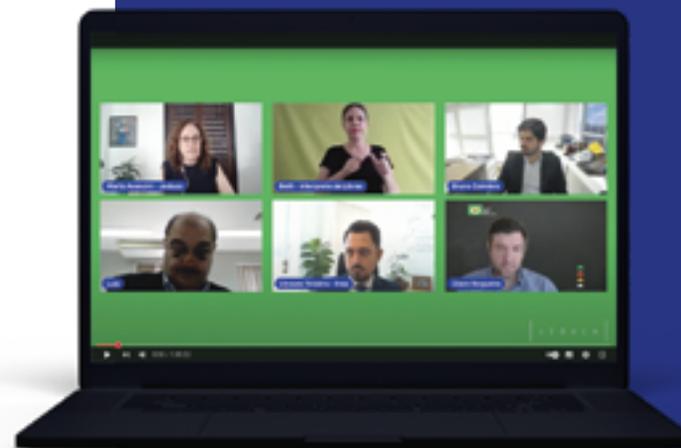
O fortalecimento da profissão dos professores e professoras está entre as pautas prioritárias do Todos desde sua fundação. Nos últimos anos, temos intensificado nosso advocacy e defendido que apenas um conjunto de medidas que enfrente os desafios da docência de maneira sistêmica será capaz de dar uma resposta à altura da valorização que a carreira pede. Nesse sentido, temos produzido conhecimento em dados desde 2021, evidenciando o grande aumento da formação inicial de futuros professores na modalidade de Educação a Distância (EaD), especialmente nas redes privadas de ensino. Em 2023, chamamos a atenção para a má qualidade dos cursos superiores, tanto à distância como presenciais, por meio de um estudo e a publicação de uma inédita carta aberta assinada por seis organizações. Também alertamos para a insuficiência dos estágios comprobatórios dos recém-formados. Naquele mesmo ano, um importante indicador da efetividade do nosso trabalho apareceu quando, no final de 2023, o Ministério da Educação (MEC) anunciou a suspensão dos cursos à distância na Pedagogia e Licenciaturas por 90 dias. Em 2024, mantivemos nossos esforços nos temas docentes, o que, novamente, surtiu efeito: em novembro, o MEC anunciou o lançamento de um pacote de políticas para os professores.



**LEIA NO
DETALHE NOSSOS
POSICIONAMENTOS
E ANÁLISES
SOBRE POLÍTICAS
DOCENTES**

WEBINÁRIO JEDUCA “FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EAD”

Em abril, Olavo Nogueira, diretor-executivo do Todos Pela Educação, participou do webinar “Formação de professores em EAD: entenda as novas regras, debates e polêmicas”, organizado pela Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca). Olavo ponderou que a EaD não pode ser a principal estratégia do Brasil para o preparo dos futuros professores. “Uma sólida formação exige intensa articulação entre teoria e prática, vivência nas escolas durante esse período e o desenvolvimento de habilidades relacionais que só podem ser asseguradas de forma presencial”, disse. Participaram do debate Bruno Coimbra, diretor jurídico da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior), Luiz Roberto Curi, ex-presidente do CNE, e Ulysses Teixeira, diretor de Avaliação do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).



● PISO SALARIAL DOCENTE 2024: PERDAS PARA A CATEGORIA

Analisamos o novo piso salarial dos profissionais do magistério, objeto de portaria do MEC publicada em janeiro. Na prática, o piso de 2024 não teve ganhos reais. Defendemos que o formato de reajuste precisa ser revisto, uma vez que o modelo atual tem alguns desafios: (I) pouca previsibilidade devido ao valor do reajuste ficar atrelado a variações econômicas de curto prazo e (II) redução da capacidade de planejamento tanto para quem paga os salários (as redes públicas de ensino) quanto para quem recebe (os professores).

Um novo critério deve ser adotado, levando em conta a disponibilidade orçamentária dos entes, com mais previsibilidade e garantindo ganho real aos professores a cada ano. É também preciso que seja financeiramente sustentável ao longo do tempo e que possibilite o cumprimento do piso por todos os entes.

● NOVAS DCNs: AVANÇOS NA FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES

A homologação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Formação Inicial de Profissionais do Magistério pelo MEC foi uma decisão acertada que trouxe avanços significativos em relação às resoluções anteriores (de 2015 e de 2019), como pontuamos em maio, em conjunto com outros elementos que merecem atenção.

Entre os pontos positivos está a determinação de que 50% da carga horária total dos cursos em EaD seja ofertada de modo presencial, o que fortalece o desenvolvimento de competências e habilidades da docência que dependem da presencialidade.

O papel das DCNs é orientar mudanças nos currículos e em instrumentos de avaliação, como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), e também mecanismos de avaliação de cursos. É imprescindível que os cursos estejam alinhados aos desafios da Educação Básica. Por isso, o fortalecimento, por parte do MEC, de programas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e a Residência Pedagógica, é fundamental.

● ESTUDOS SOBRE SELEÇÃO DOCENTE: REGIME TEMPORÁRIO FRAGILIZA CARREIRA E CONCURSOS PÚBLICOS NÃO MEDEM A CAPACIDADE DE ENSINAR

Em abril, publicamos o estudo “Professores temporários nas redes estaduais do Brasil”, mostrando que, entre 2013 e 2023, o número de professores concursados nas redes estaduais de ensino caiu ao menor patamar em dez anos, enquanto o total de temporários cresceu. Em 2023, as redes contavam com 356 mil temporários (alta de 55% em uma década), contra 321 mil professores efetivos (queda de 36% no mesmo período). O estudo inclui também uma análise realizada com dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que aponta uma correlação entre a contratação temporária e uma menor proficiência dos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática, ainda que se considere fatores como o nível socioeconômico.

Embora a contratação de professores temporários seja importante, sobretudo para garantir que as redes de ensino consigam compor o seu quadro completo de docentes, esse recurso deveria ser uma exceção utilizada em casos específicos previstos na legislação, pois fragiliza a carreira dos professores.



A contratação temporária tem se tornado a regra nas redes estaduais de ensino. Isso está relacionado com a baixa frequência de realização de concursos públicos para docentes, motivada por diversas questões, como a proibição de novos concursos em decorrência da pandemia, desafios fiscais nos estados e a própria preferência de alguns gestores pelo modelo de contratação mais flexível. Isso pode trazer impactos negativos para a Educação, em especial quando se observa que em muitas redes é baixa a qualidade das políticas de seleção, alocação, remuneração e formação para esses profissionais.

Ivan Gontijo

gerente de Políticas Educacionais do Todos Pela Educação

O aumento do número de concursos, no entanto, não é uma forma eficaz de lidar com este problema. É preciso pensar o modo como os certames são feitos atualmente, tema que abordamos em novembro, no estudo “**Qualidade dos concursos públicos para seleção de docentes da Educação Básica no Brasil**”, realizado com dados de 23 estados e 19 capitais sobre concursos públicos para selecionar professores dos anos finais do Ensino Fundamental nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Os dados revelam que os concursos públicos utilizados para selecionar professores têm dado pouca ênfase à avaliação da capacidade de ensinar - apenas 3% das questões das provas objetivas avaliam conhecimentos sobre como ensinar conteúdos específicos, e que provas práticas são aplicadas em somente quatro redes estaduais e cinco redes municipais.

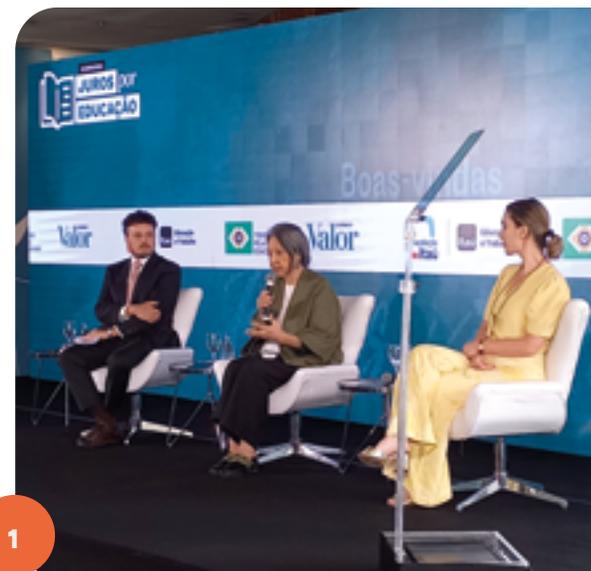
Nesse contexto, uma prova nacional de ingresso na carreira docente, aplicada como etapa inicial dos concursos, seria uma medida para endereçar esses desafios, pois economizaria recursos dos entes subnacionais e melhoraria a qualidade das provas locais.



Outras ações de *advocacy* direto

SEMINÁRIO JUROS POR EDUCAÇÃO: ENSINO PROFISSIONAL E EM TEMPO INTEGRAL

O investimento em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma excelente aposta do ponto de vista educacional, da inserção produtiva dos jovens e do desenvolvimento socioeconômico do país. Se não houver financiamento novo, específico e vigoroso para a expansão de matrículas na EPT, o setor educacional não conseguirá acelerar o ritmo na velocidade necessária para dar uma contribuição decisiva ao setor produtivo no curto prazo. Nesse contexto, o Todos Pela Educação, o Valor Econômico e o Itaú Educação e Trabalho realizaram, em maio, o “Seminário Juros por Educação”, que apresentou maneiras de qualificar o debate em



1

1 Fernando Exman, chefe da sucursal do Valor Econômico em Brasília, Ana Inoue, superintendente do Itaú Educação e Trabalho e Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos Pela Educação.

2 Dario Durigan, secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Camilo Santana, ministro da Educação e João Azevedo, governador da Paraíba, em painel do seminário.



2

torno do programa homônimo anunciado pelo governo federal em abril de 2024, que permite renegociar dívidas dos estados com a União a partir do compromisso de que cada ente torne prioritária a ampliação de matrículas na EPT. Foram abordados nas mesas do evento temas como a estratégia do programa sob a ótica dos Ministérios e seus detalhes técnicos, e a visão dos estados e governadores sobre a proposta.

O evento aconteceu em Brasília (DF) e contou com a presença de representantes dos ministérios da Educação (MEC) e da Fazenda, entre os quais o ministro Camilo Santana e o secretário-executivo adjunto do MEC, Gregório Grisa; o secretário-executivo, Dario Durigan (Fazenda), e o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron; e do governador da Paraíba, João Azevedo. Também participaram da programação a secretária de Educação de Goiás, Fátima Gavioli; o secretário de Educação do Paraná e representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) Roni Miranda; o professor da Universidade de Stanford Guilherme Lichand; o presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita, Tributação ou Economia dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) e secretário de Tributação do Rio Grande do Norte, Carlos Xavier; o economista-chefe da Warren Investimentos e ex-secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, Felipe Salto; a diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal, Vilma Pinto; e o secretário de Fazenda de Minas Gerais, Luiz Cláudio Gomes.



Não faltam evidências das pesquisas para sustentar que o investimento em educação profissional é uma excelente aposta do ponto de vista educacional, da inserção produtiva dos jovens e do desenvolvimento socioeconômico do país. Um dos estudos mais recentes, divulgado no fim do ano passado, apoiado pelo Itaú Educação e Trabalho e elaborado pelos pesquisadores do Insper Marcelo Santos, Sergio Firpo, Vitor Fancio e Clarice Martins, mostrou que se o acesso ao ensino médio técnico no país for triplicado (como o governo tem colocado como meta), o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro poderia registrar um aumento de até 2,32%, resultado da maior empregabilidade e rentabilidade promovida aos trabalhadores a partir da formação profissional.”

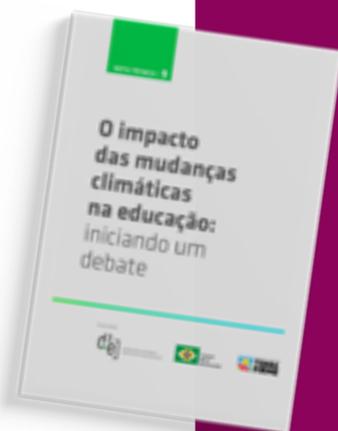
Priscila Cruz
e Olavo Nogueira Filho

respectivamente presidente-executiva e diretor-executivo do Todos.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A EDUCAÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil e o mundo têm vivenciado, cada vez com maior intensidade, os impactos da crise climática. E a Educação não sai ileso: os efeitos são sentidos na aprendizagem de milhões de estudantes, cujas aulas são dificultadas ou interrompidas em situações de emergência e calamidade, como enchentes, queimadas e secas. Esse é um assunto que deve estar no radar de lideranças políticas, especialistas e sociedade civil. Nesse contexto, em novembro, lançamos a nota técnica **“O impacto das mudanças climáticas na Educação: iniciando um debate”**, em parceria com D3e – Dados para Um Debate Democrático na Educação e Instituto Terra Firme e o Banco Master.

Escrito por Sofia Lerche Vieira, professora emérita da Universidade Estadual do Ceará (Uece), o documento contextualiza como as mudanças climáticas afetam o acesso, a permanência e a aprendizagem na Educação, e aborda possibilidades de enfrentamento dos desafios inerentes a essas mudanças. Destaca ainda como as escolas podem impulsionar ações que contribuam para reverter este cenário.



O material destaca quatro eixos como fundamentais para orientar a ação climática:

- 1 necessidade de infraestrutura sustentável e sistemas resilientes;
- 2 iniciativas como o Programa Nacional de Escolas Verdes, bem como ações intersetoriais voltadas à prevenção de desastres naturais;
- 3 importância de mudanças curriculares que priorizem a alfabetização climática e ambiental, abrangendo a formação inicial e continuada de professores, incentivando a pesquisa acadêmica sobre políticas ambientais, mudanças climáticas e Educação;
- 4 engajamento ativo da comunidade escolar em ações ambientais, dentro e fora da escola; urgência de um debate contínuo sobre Educação e mudanças climáticas, envolvendo múltiplos atores e alinhado à mitigação dos impactos climáticos de forma intersetorial.

PNE: BRASIL PODE APRENDER COM EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

A partir das reflexões trazidas no evento temático sobre planejamento de Educação de longo prazo, realizado em dezembro de 2023, apoiamos uma nota técnica realizada pela D3e e assinada por Luiz Carlos de Souza, pesquisador da Unirio, sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) e paralelos entre a experiência brasileira e casos de outros países.

Os especialistas (cinco estrangeiros e uma brasileira) compartilharam sugestões valiosas para a confecção do próximo plano decenal como, por exemplo, promover ações cidadãs nas escolas e integrar ao plano as metas de desenvolvimento sustentável produzidas pela Unesco. O PNE 2014-2024 reúne dez diretrizes e 20 metas compartilhadas pela União, pelos estados e pelos municípios, e apesar de ter chegado a sua data de vigência no ano passado, teve o período prorrogado até dezembro de 2025, tempo para a tramitação de um novo projeto de lei de um plano 2024-2034.



BRASIL

Professora doutora Adriana Bauer, da Universidade de São Paulo (USP).

ARGENTINA

Professora doutora Barbara Isabel Correa, da Universidad Nacional de Entre Rios e Ministério da Educação.

MÉXICO

Professor doutor Eduardo Backhoff Escudero, da Universidad Nacional Autonoma de México.

MOÇAMBIQUE

Professor doutor Arlindo Cornélio Ntunduatha, da Universidade Rovuma

PORTUGAL

Professor Doutor Joaquim Luis Alcoforado, da Universidade de Coimbra.

URUGUAI

Professora doutora Verónica Filardo, da Universidad de La Republica.

PNE EM DEBATES

Nossa atuação pela construção de um plano decenal que responda às demandas da Educação brasileira e que possa, de fato, ser implementado sem interrupções e devidamente monitorado, incluiu também a participação em eventos públicos. Nossa presidente-executiva, Priscila Cruz, participou de uma **sessão temática do Senado Federal** em abril. Na tribuna, ela defendeu que a sociedade civil se aproprie do plano. “O PNE foi um fortíssimo indutor dos muitos avanços alcançados pelo Brasil na Educação. E os avanços foram maiores nas metas em que tivemos uma maior participação da sociedade, dos entes da federação, das instituições como um todo. A instituição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o avanço do tempo integral e as questões relacionadas à formação de professores são exemplos disso”, disse. Em outubro, o PNE também foi o assunto principal do **Seminário LIDE Educação**, que teve como tema o papel da tecnologia na construção de uma Educação para o futuro. Priscila compartilhou com empresários, pesquisadores e autoridades presentes sua perspectiva sobre o papel dos professores. “A gente tem uma ideia de que ser professor é algo simples, mas não é assim: trata-se da profissão mais complexa que existe. Deveríamos ter uma obsessão absoluta em formar bem esses profissionais, inclusive pelo lado da tecnologia. O Ministério da Educação deveria ampliar o foco na capacitação docente”, observou.

Parcerias público-privadas na Educação Básica

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) na Educação Básica ganharam holofote no debate público brasileiro no primeiro semestre de 2024. Em junho, publicamos uma nota em que analisamos experiências de PPPs na Educação brasileira. **As PPPs têm potencial como ferramentas para aprimorar a infraestrutura e a gestão administrativa das escolas brasileiras, mas estão longe de ser uma das políticas educacionais mais importantes para que o país efetivamente enfrente os desafios estruturais na Educação Básica.**

Para que funcionem, é necessário que os contratos sejam claros e assegurem que as responsabilidades de cada parte estejam delimitadas. É fundamental garantir que a gestão pedagógica das unidades escolares permaneça sob controle da equipe pedagógica e que não haja interferência do parceiro privado, que deve ser entendido como um apoio para a equipe gestora, ajudando a trazer eficiência para a prestação dos serviços administrativos e de infraestrutura.

Novo Fundeb em 2024

AJUSTE FISCAL 2024: RISCO AO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45/24, lançada em dezembro, trouxe preocupação devido aos possíveis impactos do ajuste fiscal em

mecanismos essenciais de financiamento da Educação. Dois pontos da PEC chamaram atenção: a alteração constitucional na Complementação da União ao Fundeb, e o possível redirecionamento orçamentário que pode levar à redução de investimentos em programas nacionais importantes da Educação Básica. A alteração na complementação da União ao Fundeb cria uma nova linha de apoio, que se somaria às três existentes (VAAF, VAAT e VAAR). O problema é que, sem aumento do montante geral, a nova linha retiraria recursos das três outras. A proposta também não esclarece as regras para essa nova linha de apoio. O segundo ponto que gera incerteza é a sugestão, contida na PEC, de que os recursos do Fundeb seriam suficientes para o fomento ao tempo integral, e que recursos do orçamento do MEC não precisariam ser direcionados para esse fim. Na prática, o orçamento da pasta para a Educação Básica diminuiria, e estados e municípios pagariam a conta, como pontuaram Olavo Nogueira Filho e Gabriel Corrêa, respectivamente diretor-executivo e diretor de Políticas Públicas do Todos Pela Educação, em artigo publicado pelo site Congresso em Foco em dezembro.

SIMULADOR DO FUNDEB: TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

Em outubro de 2024, realizamos uma importante transferência de conhecimento para o governo federal. O Simulador do Fundeb, desenvolvido por nós e lançado em 2020, passou por uma atualização e foi oficialmente cedido ao Inep. A ferramenta tem o objetivo de simular alterações nas diferenças e ponderações das etapas, modalidades, durações da jornada e tipos de estabelecimento de ensino, permitindo que os usuários comparem o cenário observado com as simulações que desejarem testar.

EVENTOS

Mobilização de gestores públicos

EVENTO STATES OF THE FUTURE

Priscila Cruz e Bernardo Baião (coordenador de Políticas Educacionais de Todos), participaram do *States of the Future*, realizado em julho, no Rio de Janeiro, evento paralelo ao G20, em uma mesa temática sobre mudanças tecnológicas e economia do conhecimento.

FÓRUM NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR

Olavo Nogueira fez uma defesa enfática de cursos predominantemente presenciais na formação de professores em sua participação no Fórum Nacional do Ensino Superior Particular Brasileiro. Ele sustentou que a formação a distância não pode ser a principal estratégia para o preparo de um dos profissionais mais importantes do Brasil. Ele falou também que o caminho para que o setor privado faça parte da solução é trabalhar por cursos em tempo integral, com ênfase na articulação da teoria com a prática e a previsão de estágios desde o primeiro ano.

AUDIÊNCIA PÚBLICA AMAZÔNIA LEGAL: ACESSO SEGURO À ESCOLA

O chamado “fator amazônico”, que também inclui custos adicionais de logística, foi tema de audiência pública na Comissão de Educação do Senado Federal. Presente na reunião, Gabriel Corrêa apresentou um panorama da Educação Básica brasileira com foco em dados de acesso, trajetória, aprendizagem e investimento por aluno na Amazônia Legal. Gabriel destacou que o direito à Educação inclui garantia de acesso e trajetória adequada, e que toda política pública na área precisa considerar particularidades locais.



Diversidades na agenda educacional

EQUIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO: QUESTÃO DE ESTADO

Um país que valoriza suas diversidades tem políticas públicas educacionais que garantam equidade étnico-racial. Essa ideia foi levada pelo Todos ao evento “**Equidade Étnico-Racial na Educação Básica: Caminhos Possíveis**”, realizado em outubro, em Salvador, pelo Banco Mundial e pela Mahin Consultoria Antirracista, com o nosso apoio. Do nosso time, estiveram presentes, da Diretoria de Políticas Públicas, Gabriel Corrêa e Jackson Almeida, e da Diretoria de Comunicação, Priscilla Cabral, Tiemy Akamine e Juliana Vianna. Dois documentos permitem o aprofundamento no tema: “**Inclusão Afrodescendente Na Educação: uma pauta antirracista para América Latina**”, do Banco Mundial, e “**Equidade Étnico-Racial na Educação**”, escrito por nós, com apoio de especialistas e da Mahin.

3º ENCONTRO CONTINENTAL EM ESTUDOS AFRO-LATINO-AMERICANOS

A articulação da sociedade civil, do poder público, de gestores e de pesquisadores é fundamental para a construção de uma Educação de qualidade que reflita a diversidade do povo brasileiro. Esse foi um dos temas do painel **“Educação Antirracista como alavanca de transformação social: o papel de diferentes setores na promoção de equidade”**, do qual Gabriel Corrêa, nosso diretor de Políticas Públicas, participou. O painel foi parte da programação do 3º Encontro Continental em Estudos Afro-Latino-Americanos, promovido pelo Alari (Afro-Latin American Research Institute) da Universidade de Harvard.

SEMINÁRIO INSPER: O PAPEL DO TERCEIRO SETOR CONTRA O RACISMO

A Educação para Relações Étnico-raciais é uma das pautas prioritárias do nosso *advocacy*. Respostas para a pergunta sobre como o terceiro setor pode atuar, por meio do sistema educacional, na promoção da igualdade foram discutidas no seminário **“Educação Antirracista: o papel do estado e do terceiro setor para promover a equidade”**, realizado pelo Núcleo de Estudos Raciais do Insper, e que contou com a presença da Priscila Cruz. A Educação antirracista é uma das principais alavancas para combater a perpetuação da exclusão e do racismo no Brasil.



HUMANITY SUMMIT: UM DEBATE CONTÍNUO E ESTRUTURADO SOBRE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

“Por que levou tanto tempo para termos pesquisas focadas em raça?” Essa foi a pergunta-tema que guiou um debate no *Humanity Summit*, evento que fez parte do G20 Brasil 2024. Jackson Almeida, analista de Políticas Educacionais do Todos, descreveu a oportunidade como um momento potente para a reflexão sobre avanços necessários para a construção de uma Educação mais equitativa e antirracista. Em sua fala, Jackson destacou a importância de iniciativas que promovam conhecimento e práticas assertivas em prol da equidade étnico-racial na Educação. Ele também pontuou que é fundamental que a pauta seja desenvolvida não apenas em ocasiões especiais, como o mês de novembro, mas de forma contínua e estrutural.

ONDE ESTÁ A INOVAÇÃO

Imersões em políticas públicas no Brasil e no mundo



ÁSIA: INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E EDUCAÇÃO

Gabriel Corrêa, diretor de Políticas Públicas do Todos, participou de uma imersão internacional na Ásia organizada pela Fundação Itaú, para conhecer iniciativas de inteligência artificial voltadas para a Educação e a cultura. Gabriel integrou um grupo de 40 pessoas, incluindo gestores públicos e especialistas do campo da Educação. A viagem passou por três cidades da China (Xangai, Shenzhen e Pequim), por Hong Kong e pela capital sul-coreana, Seul.



LATINOAMERICANOS PELA EDUCAÇÃO

Priscila Cruz e Olavo Nogueira participaram do evento “Latinoamericanos pela Educação”, realizado na Harvard Kennedy School. O encontro abordou a importância do engajamento da sociedade como um todo em ações pela melhoria da Educação pública no continente. Além de pesquisadores, compareceram ao evento jornalistas, empresários, gestores e políticos de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru. Na ocasião, Priscila falou sobre o trabalho de *advocacy* do Todos e reiterou a necessidade de abordar a Educação de modo transversal.



SOBRAL (CE): EXEMPLO PARA O BRASIL

Ivan Gontijo, gerente de Políticas Educacionais no Todos Pela Educação, participou de imersão realizada em Sobral, no Ceará, a convite do Centro Lemann. Ivan integrou um grupo de 40 lideranças de 26 organizações do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, México e Peru. A viagem foi a primeira ação de uma iniciativa de colaboração regional liderada pelo Instituto Natura com apoio da Fundação Lemann, da Fundação Copel, do Centro Lemann e do *Argentinos por la Educación*. Além de conhecer a experiência sobralense, o encontro serviu como intercâmbio de conhecimentos, experiências e soluções entre as instituições presentes.

MONITORAMENTO PÚBLICO

Monitoramento da Aprendizagem: IDEB/SAEB 2023

Em agosto de 2024, o MEC divulgou os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) referentes a 2023, que revelaram cenários preocupantes de desigualdades regionais. De positivo, os dados indicaram que não houve retrocesso no Ideb entre as edições de 2019 e 2023, especialmente devido ao aumento na taxa de aprovação. Por outro lado, os efeitos da pandemia ainda pairam sobre a aprendizagem: os patamares seguem menores do que os de 2019. A partir de uma série de levantamentos, alertamos para a necessidade de um olhar criterioso para além das médias. Em um importante movimento de qualificação e aprofundamento desse debate, evidenciamos as desigualdades regionais, cobrando mudanças de rota imediatas aos gestores das redes de ensino mais defasadas ou estagnadas, e destacamos as redes estaduais que, apesar dos desafios, conseguiram avançar e têm boas práticas para inspirar as demais.

Uma análise do desempenho dos 16 governadores em segundo mandato examinou os indicadores do Ensino Médio para entender quais gestões conseguiram resultados acima da média nacional e quais ficaram abaixo. Governadores em segundo mandato têm influência e responsabilidade muito maiores nos resultados educacionais do que aqueles com apenas um ano de gestão, o que justifica o recorte do estudo.

Os estados que se destacaram, como Espírito Santo, Goiás, Pará e Paraná, apresentam aspectos comuns em suas gestões.



Escolha criteriosa de secretários(as) e sua manutenção à frente das secretarias por um razoável período de tempo;



Blindagem ou redução significativa da interferência política na alocação de dirigentes regionais e diretores de escola;



Acompanhamento e cobrança constante de resultados;



Envolvimento pessoal dos governadores no engajamento dos profissionais da Educação e da sociedade local.

Por outro lado, conclamamos às assembleias legislativas e aos órgãos de controle dos estados que tiveram retrocessos (como o Rio de Janeiro) ou que tiveram avanços abaixo da média nacional (como Rondônia, Tocantins e o Distrito Federal), que convoquem os chefes do Executivo para apresentar explicações.

“

Há aspectos comuns aos estados que avançaram em rankings baseados em dados da Saeb. As gestões desses estados escolheram implementar políticas com robusta evidência de retorno de resultados, fazem avaliações de aprendizagem constantes e transformam esses resultados em mudanças na formação de professores, na gestão de escolas e de órgãos administrativos; expandem a Educação integral, e suprimem programas pouco efetivos ou diversionistas. Outros aspectos são: os estados que avançaram alocam recursos de forma inteligente e eficaz, garantindo que eles chegarão às escolas; e nestes houve empenho em recompor o aprendizado após o período da pandemia.”

Priscila Cruz
e **Olavo Nogueira Filho**

respectivamente presidente-executiva
e diretor-executivo do Todos.

OPINÃO - PRISCILA CRUZ

Os grandes estão derrubando a educação

Estados estão remando em diferentes direções: uns avançam, outros retrocedem



Priscila Cruz
Presidente-executiva do Todos pela Educação

IDEB E SAEB 2023 NOS MUNICÍPIOS

Em uma outra análise, a partir do Ideb e Saeb das redes municipais e estaduais, entre 2019 e 2023, os dados da análise mostram que, entre as redes municipais, 2.030 delas tiveram queda no Ideb dos Anos Iniciais no período. Outras 399 apresentaram estagnação no indicador, e 2.620 avançaram. Nos Anos Finais, 1.006 redes municipais retrocederam, 280 estagnaram e 1.641 que avançaram no mesmo período. Quanto às redes estaduais de ensino, quatro tiveram queda no Ideb dos Anos Finais e três apresentaram estagnação. No Ensino Médio, cinco redes estaduais retrocederam e seis estagnaram.

Os dados relativos ao Saeb mostram que, entre as redes municipais, 2.893 tiveram redução na Nota Padronizada dos Anos Iniciais entre 2019 e 2023, e 2.158 evoluíram. Nos Anos Finais, 1.803 redes municipais retrocederam, e 1.124 avançaram. Entre as redes estaduais, 17 tiveram redução na Nota Padronizada dos Anos Finais. No Ensino Médio, foram 19 que retrocederam no indicador, no mesmo período.

PELO BRASIL, PARA APRENDER COM AS BOAS EXPERIÊNCIAS

“Uma das ações mais importantes de um trabalho de *advocacy* pela Educação é entender as políticas públicas (os o quês e os comos), as pessoas e os sentimentos de uma rede de escolas, estadual ou municipal, que vêm apresentando de forma consistente bons e progressivos resultados educacionais”. É assim que Priscila Cruz define a importância das imersões locais nas redes de ensino para aprender com quem tem boas práticas educacionais. Ao longo do segundo semestre de 2024, ela, Olavo Nogueira e outros colaboradores do Todos viajaram pelo Brasil para



conhecer e aprender com redes de ensino que têm demonstrado avanços positivos na aprendizagem dos seus estudantes do Ensino Médio nos indicadores do Ideb e Saeb: Goiás, Pará, Piauí, Espírito Santo, Vitória (ES) e Paraná.

No Pará, o destaque está relacionado à adoção de uma abordagem sistêmica dos desafios educacionais, em que medidas pontuais estão organizadas em dimensões. Dentro de cada uma delas, há um esforço para garantir articulação e coerência entre as ações. É o mesmo princípio adotado na reforma focada em alfabetização em regime de colaboração realizada no Ceará, em 2007.

Em Goiás, a gestão educacional é orientada por três pontos: comunicação eficaz, em que os profissionais das escolas se apropriam das estratégias e ações promovidas pelo órgão central; escuta ativa, em que decisões gerais são informadas pela realidade local de cada escola; e descentralização coordenada, em que dirigentes regionais apoiam grupos de escolas e intermedeiam seu contato com a secretaria.

No Piauí, cinco boas práticas que se complementam têm gerado resultados na ponta: foco na recomposição de aprendizagem, sobretudo após a pandemia; implementação de um sistema de incentivos e premiações nas escolas; expansão da Educação Profissional e Tecnológica de olho nas profissões do século XXI; melhoria da gestão escolar e foco na formação de professores; e uso da tecnologia como apoio à gestão e sala de aula, de forma cuidadosa.

No Paraná, as perspectivas por trás da evolução dos indicadores estão relacionadas

1 GOIÁS

É o estado na primeira posição no Saeb 2023

2 PARÁ

Foi o estado que mais avançou na avaliação no período 2017-2023.

3 PIAUÍ

Foi quem mais avançou no Ideb do Ensino Médio desde 2005, com indicadores acima da média nacional;



à combinação de algumas iniciativas, como o acompanhamento de perto da secretária estadual de ensino pelo governador, que tem o trabalho blindado de intervenções políticas; foco em Educação Profissional e Tecnológica, tendo como norte as atividades produtivas de cada microrregião do estado e cooperativas locais; investimento em infraestrutura para garantir escolas melhor equipadas e alimentação de mais qualidade; melhoria na gestão da secretaria com o propósito de descentralização coordenada; e aposta na tecnologia para apoiar os professores em sala de aula, desafogando de atividades mais burocráticas.

No Espírito Santo, as ações que explicam a melhora nos indicadores envolvem investimento no Ensino de tempo integral com um modelo de sete horas; foco no Ensino Médio com ênfase na Educação Profissional e Tecnológica; currículo escolar mais amplo - cerca de 40% das escolas do estado oferecem aulas de música para os estudantes, por exemplo; e atenção à saúde mental dos alunos, um trabalho que é feito a partir de núcleos de apoio psicológico e social.

4 PARANÁ

Registrou avanços no Ideb/Saeb entre 2019 e 2023, especialmente nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio;

5 ESPÍRITO SANTO

Apresentou melhora no Ideb/Saeb entre 2019 e 2023, com destaque para os Anos Finais do Ensino Fundamental.

6 VITÓRIA (ES)

Teve avanços significativos nos indicadores do Ideb e Saeb dos últimos anos, com resultados acima da média nacional.



Por fim, na rede municipal de Vitória, capital do Espírito Santo, uma resposta rápida de volta às aulas pós-pandemia, aliada a uma estratégia sistêmica estão por trás dos avanços da rede. Dentro dessa combinação de ações estão: uma robusta política de expansão do atendimento em Creche, com priorização de vagas, sendo uma das poucas capitais a alcançar a meta do Plano Nacional de Educação (PNE) para o tema; um programa de acompanhamento que envolve gestores escolares e professores; alimentação escolar de qualidade, com insumos provenientes da agricultura familiar; recomposição de aprendizagem, com programas direcionados aos estudantes dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental; e a expansão da oferta de escolas em tempo integral - saltando de 3 unidades (2021) para 40 (2024).

Anuário Brasileiro da Educação Básica está de volta

Em agosto de 2024, o MEC divulgou os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) referentes a 2023, que revelaram cenários preocupantes de desigualdades regionais. De positivo, os dados indicaram que não houve retrocesso no Ideb entre as edições de 2019 e 2023, especialmente devido ao aumento na taxa de aprovação. Por outro lado, os efeitos da pandemia ainda pairam sobre a aprendizagem: os patamares seguem menores do que os de 2019. A partir de uma série de levantamentos, alertamos para a necessidade de um olhar criterioso para além das médias. Em um importante movimento de qualificação e aprofundamento desse debate,

evidenciamos as desigualdades regionais, cobrando mudanças de rota imediatas aos gestores das redes de ensino mais defasadas ou estagnadas, e destacamos as redes estaduais que, apesar dos desafios, conseguiram avançar e têm boas práticas para inspirar as demais.

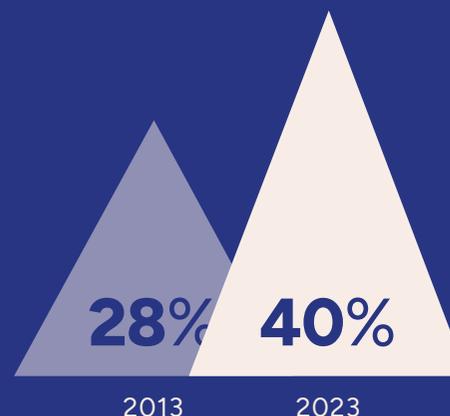
Uma análise do desempenho dos 16 governadores em segundo mandato examinou os indicadores do Ensino Médio para entender quais gestões conseguiram resultados acima da média nacional e quais ficaram abaixo. Governadores em segundo mandato têm influência e responsabilidade muito maiores nos resultados educacionais do que aqueles com apenas um ano de gestão, o que justifica o recorte do estudo.

Os estados que se destacaram, como Espírito Santo, Goiás, Pará e Paraná, apresentam aspectos comuns em suas gestões.



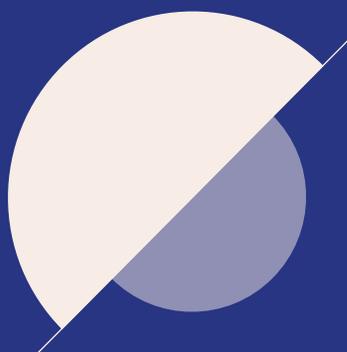
NÚMEROS QUE ORIENTAM BOAS DECISÕES

Fotografia do momento presente da rede pública de ensino, os dados do Anuário servem principalmente para subsidiar, diante de tantas possibilidades, as escolhas para o trabalho contínuo de melhoria da Educação no Brasil por gestores públicos e dar insumos para o monitoramento da sociedade civil.



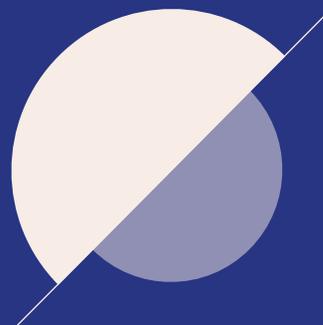
Na Educação Infantil, o Anuário mostra que matrículas de **crianças de até 3 anos em creches cresceram** ao longo da última década - o aumento foi de 28% em 2013 para 40% em 2023.

Veja alguns dos destaques trazidos pela última edição:



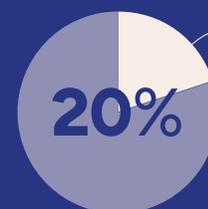
68%

dos professores da rede pública **possuem formação adequada na disciplina da qual dão aula** na Educação Infantil e no Ensino Médio



59%

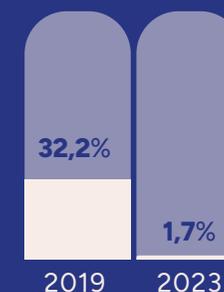
Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, este número é de



20%

No entanto, **20% das crianças não frequentam a escola por alguma dificuldade de acesso**, como falta de vaga, por exemplo. O índice é quatro vezes maior entre as famílias mais pobres do que entre as famílias mais ricas do país;

O Anuário também traz dados sobre o impacto das políticas de financiamento do país. De 2019 para 2023, por exemplo, o percentual de municípios que tinham gasto anual menor que **R\$ 8 mil por aluno caiu de 32,7% para 1,7%**. A mudança é efeito direto do Novo Fundeb, implementado no período;



O tema da equidade étnico-racial também foi objeto de levantamento. Na Educação Infantil, observa-se que as **matrículas de crianças pretas, pardas e indígenas cresceram no Brasil em dez anos**. Mas, no Ensino Médio, grupos minoritários seguem com índice de conclusão significativamente menor do que de pessoas brancas (78%).

EDUCATION AT A GLANCE: PANORAMA DA EDUCAÇÃO INTERNACIONAL

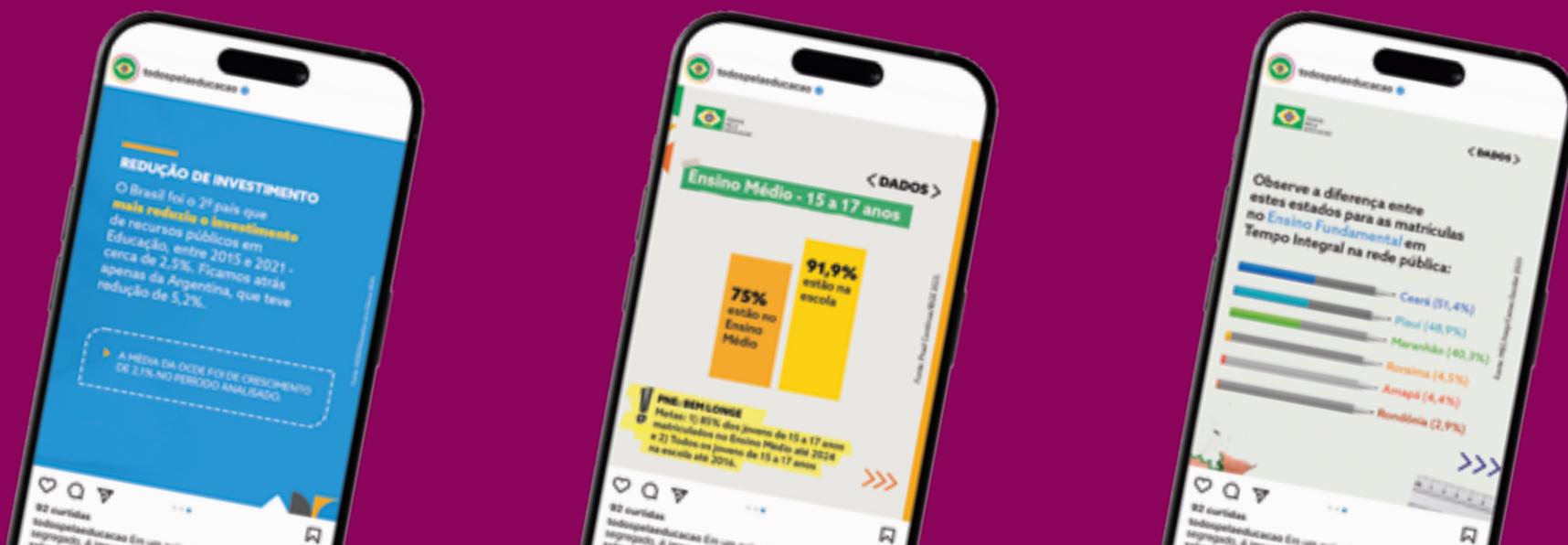
Em setembro, analisamos o relatório “*Education at a glance*”, da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). O documento discorre sobre sistemas educacionais de 40 países e mostra que o investimento em Educação no Brasil está abaixo da média da própria OCDE, tanto no total investido quanto no investimento por aluno. O Brasil foi o segundo país que mais reduziu o investimento público em Educação entre 2015 e 2021 (redução de 2,5%). No período, a média da OCDE foi de crescimento de 2,1%. Outro dado relevante é que o Brasil, comparado aos outros países da OCDE, aumentou de modo significativo o investimento em Educação Infantil: o aumento foi de 29% no período de 2015 a 2021.

PNAD-CONTÍNUA: RETROCESSOS PONTUAIS FREIAM AVANÇO GERAL

Em março, analisamos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE. O levantamento revela que a meta de universalizar o acesso de crianças de 4 a 5 anos até 2016 do Plano Nacional de Educação continua sem ser cumprida. No Ensino Fundamental, a taxa de crianças e jovens de 6 a 14 anos que frequentam a escola continuou a cair: em 2023, a taxa foi de 94,6%, em 2022, 95,2% e em 2019, 97,1%. Na faixa etária de 15 a 17 anos, 75% dos estudantes estão no Ensino Médio (a meta do PNE era de 85%), e 91,9% estão na escola, independentemente da etapa (meta do PNE é que, até 2016, todas as pessoas dessa faixa etária estivessem na escola).

CENSO ESCOLAR: DESIGUALDADE NO ENSINO DE TEMPO INTEGRAL

A expansão da Educação em Tempo Integral foi foco de outro monitoramento que fizemos, a partir dos dados do Censo Escolar 2023. Apesar do aumento do número de matrículas na modalidade, os resultados mostraram que há graves desigualdades entre os estados, o que exige a atenção e ação das lideranças públicas. Há estudos, inclusive nacionais, que comprovam que alunos que usufruem dessa proposta pedagógica têm resultados positivos em múltiplos aspectos da vida. Isso torna o Tempo Integral ainda mais relevante para o país, principalmente para ser pensado sob a perspectiva da equidade. A jornada ampliada deve estar associada a diversas experiências educativas, que integrem aprendizado, escola, práticas sociais e cotidiano.



Articulação de coalizões

A partir da coordenação de coalizões em esferas nacional, estadual e municipal, valorizamos a diversidade de visões e criamos espaços de diálogo entre diferentes vozes, pois acreditamos que a colaboração fará avançar a agenda Educação Já e levará o Ensino Básico de qualidade mais longe e mais rápido. Iniciados em 2018, no contexto da elaboração da primeira agenda Educação Já, os encontros de trocas técnicas e institucionais têm sido fortalecidos ao longo dos anos e, em 2024, elevamos o patamar com uma metodologia inédita de acompanhamento da agenda Educação Já para as lideranças e representantes das equipes técnicas das organizações da **Coalizões Educação Já federal e municipal**.

No âmbito federativo, o instrumento aprimora o monitoramento de medidas prioritárias da agenda pelo grupo, tornando as articulações técnicas e institucionais para o avanço do Educação Já mais efetivas. A metodologia está separada em duas dimensões: **avanço da formulação** de uma ação ou política educacional, subdividida em quatro estágios; e, após instituída, começamos a medir a **aderência da ação ou política ao Educação Já**, que pode se expressar em até cinco níveis. Entre as políticas que acompanhamos no ano passado estiveram as Políticas Docentes Nacionais e a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância.



Encontro da Coalizão Educação Já Nacional no escritório do Todos Pela Educação.

A Coalizão Educação Já Nacional conta com 20 organizações do terceiro setor, já a Coalizão Educação Já Municípios conta com 23.

COALIZÃO EDUCAÇÃO JÁ MUNICÍPIOS 2024

Uma das funções mais importantes das coalizões é a colaboração técnica e consultiva. Na construção do documento Educação Já Municípios 2024, realizamos um processo de consulta com várias organizações e lideranças.

No pós-eleições, dividimos uma análise sobre a qualidade dos planos de governos das próximas gestões municipais e a priorização dada às temáticas educacionais - troca de conhecimento fundamental para uma atuação assertiva em favor da agenda.

Por isso, em 2024, lançamos a Coalizão Educação Já Municípios, reunindo organizações com atuação técnica e territorial para fortalecer a agenda local. A lista completa dos membros está disponível em nosso site. Essa articulação amplia a capilaridade e o impacto das propostas do Educação Já nos municípios brasileiros.

Conheça as organizações que fazem parte da Coalizão Educação Já Nacional

Além do Todos Pela Educação, a Coalizão Educação Já Nacional conta com 19 organizações do terceiro setor que têm atuação concentrada no apoio à implementação de medidas em parceria com os governos (atuação que não está dentro de nosso escopo). Por ordem alfabética:

› CIEB - CENTRO DE INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA CONTRIBUIÇÃO NA AGENDA EDUCAÇÃO JÁ: Tecnologias e Primeira Infância

Associação sem fins lucrativos que promove a cultura de inovação na Educação Pública brasileira, que foi criada em 2016 para apoiar a formulação de políticas públicas, desenvolver conceitos, criar protótipos de ferramentas, articular atores do ecossistema de Ensino Básico, e busca transformar de modo sistêmico os processos de aprendizagem.

› CENTRO LEMANN CONTRIBUIÇÃO NA AGENDA EDUCAÇÃO JÁ: Gestão escolar e Gestão dos sistemas educacionais

Foi criado sob o paradigma de que todas as pessoas são capazes de aprender, independentemente dos seus contextos e características pessoais. Desde 2021, inspirado pelo município de Sobral (CE), promove aprendizagem com equidade na Educação Básica, por meio da formação de lideranças educacionais e do fomento à pesquisa aplicada.

› FUNDAÇÃO BRACELL CONTRIBUIÇÃO NA AGENDA EDUCAÇÃO JÁ: Primeira Infância

A Fundação Bracell trabalha para alavancar o poder transformador da Educação desde a Primeira Infância, para que cada criança possa desenvolver todo o seu potencial e ter uma vida melhor – no presente e no futuro. A Fundação Bracell é uma organização privada sem fins lucrativos, fundada em 2023 e faz parte do ecossistema da Fundação Tanoto, fundada por Sukanto Tanoto e Tinah Bingei Tanoto. Como afiliada, sua atuação é guiada por sua visão e seus princípios.

› FUNDAÇÃO LEMANN CONTRIBUIÇÃO NA AGENDA EDUCAÇÃO JÁ: Alfabetização, Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Gestão dos sistemas educacionais, Políticas Pedagógicas, Professores e Tecnologias

Organização familiar filantrópica que trabalha, desde 2002, focada nas áreas de Educação e liderança. Em ambos, atua com compromisso transversal pela equidade racial. Suas ações incluem temas como alfabetização no tempo adequado, recomposição de aprendizagens e formação de lideranças diversas no país.

› FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL CONTRIBUIÇÃO NA AGENDA EDUCAÇÃO JÁ: Primeira Infância

Promove, desde 2007, o desenvolvimento pleno de crianças desde os primeiros anos de vida, para que tenham uma infância com direitos assegurados. Alavanca políticas públicas e mobiliza a sociedade por meio de pesquisa, mobilização de lideranças, ampliação da rede de parceiros, apoio técnico e sensibilização social.

› FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO CONTRIBUIÇÃO NA AGENDA EDUCAÇÃO JÁ: Ensino Médio

Criada em 1977, sua visão é a de que uma Educação de qualidade é capaz de eliminar as desigualdades sociais do país. A entidade sem fins lucrativos atua em favor do desenvolvimento social, por meio de ações e programas das áreas de Educação, patrimônio histórico, cultura, televisão educativa e meio ambiente.

› FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO

CONTRIBUIÇÃO NA AGENDA EDUCAÇÃO JÁ: Ensino Médio, professores, Tecnologias e Educação para as Relações Étnico-Raciais

Há 25 anos no Brasil, a Fundação Telefônica Vivo tem como propósito “Educar para Transformar, Digitalizar para Aproximar”, confiante que a digitalização do Brasil é um importante viabilizador para uma sociedade mais justa, empática e inclusiva. Seu foco de atuação está em apoiar secretarias de Educação na ampliação de políticas e programas de adoção qualificada de tecnologia

para o desenvolvimento de competências digitais de educadores e estudantes das escolas públicas.

› **IMAGINABLE FUTURES**
CONTRIBUIÇÃO NA AGENDA EDUCAÇÃO JÁ: Educação para as Relações Étnico-Raciais

Organização internacional filantrópica que atua no Brasil, Estados Unidos e na África subsaariana, e que trabalha para transformar sistemas em prol da justiça, da equidade, da diversidade e da inclusão. Fundada em 2020, vê o aprendizado como um direito universal.

› **INSTITUTO AYRTON SENNA**
CONTRIBUIÇÃO NA AGENDA EDUCAÇÃO JÁ: Políticas Pedagógicas e Alfabetização

Um centro de inovação em Educação que trabalha para acelerar a qualidade da Educação Pública brasileira. Desde 1994, inspirados pelo legado do tricampeão mundial de Fórmula 1, Ayrton Senna, trabalham para impulsionar o potencial de crianças e jovens e transformar vidas por meio da Educação de excelência.

› **INSTITUTO NATURA**
CONTRIBUIÇÃO NA AGENDA EDUCAÇÃO JÁ: Alfabetização, Anos Finais do Ensino Fundamental, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Ensino Médio, Professores e Tecnologias

Fundado em 2010, busca transformar a Educação do Brasil garantindo aprendizagem de qualidade para todas as crianças e jovens. Lidera iniciativas de apoio a políticas públicas de Educação, articulação das agendas prioritárias da Educação e de promoção de Educação e mobilização para consultoras da empresa Natura.

› **INSTITUTO PENÍNSULA**
CONTRIBUIÇÃO NA AGENDA EDUCAÇÃO JÁ: Professores

Fundado em 2011, seu trabalho é apoiar a melhoria da carreira docente. A organização acredita que é preciso formar os professores em múltiplas dimensões, cognitiva, social, emocional e relacional, além de respeitar seus contextos de origem.

› **INSTITUTO REÚNA**
CONTRIBUIÇÃO NA AGENDA EDUCAÇÃO JÁ: Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Políticas Pedagógicas

Fundado em 2019, o instituto busca se tornar referência técnico-pedagógica para desenvolver recursos e referências conceituais e práticas de excelência que promovam a coerência pedagógica sistêmica e contribuam com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para uma Educação Básica de qualidade, inclusiva e equitativa.

› **INSTITUTO RODRIGO MENDES**
CONTRIBUIÇÃO NA AGENDA EDUCAÇÃO JÁ: Educação Inclusiva

Organização sem fins lucrativos cuja missão é colaborar para que toda pessoa com deficiência tenha uma Educação de qualidade na escola comum. Realiza, desde 1994, projetos voltados para educadores, gestores escolares e equipes de secretarias de Educação, orientados por três pilares: produção de conhecimento, formação e *advocacy*.

› **INSTITUTO SONHO GRANDE**
CONTRIBUIÇÃO NA AGENDA EDUCAÇÃO JÁ: Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Tecnologias

Organização sem fins lucrativos e apartidária que trabalha em colaboração com estados e terceiro setor para a melhoria da qualidade do ensino das redes públicas. Desde 2015, apoia a expansão do Ensino Médio Integral e avalia os resultados do modelo.

› **INSTITUTO UNIBANCO**
CONTRIBUIÇÃO NA AGENDA EDUCAÇÃO JÁ: Educação para as Relações Étnico-Raciais, Ensino Médio, Gestão Escolar, Gestão dos sistemas educacionais e Professores

Desde 1982, atua para a melhoria da Educação Pública no Brasil por meio da gestão educacional para o avanço contínuo. Seu foco é apoiar e desenvolver soluções de gestão para aumentar a eficiência do ensino nas escolas públicas. Tem como valores a diversidade, a transformação, conectar ideias e ser orientado por evidências.

› **ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO**
CONTRIBUIÇÃO NA AGENDA EDUCAÇÃO JÁ: Ensino Médio

Entendem a Educação como vetor de desenvolvimento social e econômico e trabalham para que os estudantes tenham uma formação qualificada ao se inserir no mundo do trabalho. A organização atua em parceria com entidades civis e o poder público para apoiar e incentivar a implementação de políticas de Educação Profissional e Tecnológica.

› **ITAÚ SOCIAL**
CONTRIBUIÇÃO NA AGENDA EDUCAÇÃO JÁ: Anos Finais do Ensino Fundamental, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Gestão dos sistemas educacionais e Professores

Desenvolve, desde 1993, programas para a melhoria da Educação Pública. Focada em ações para a aprendizagem e a trajetória escolar, a organização atua para reduzir desigualdades de raça/cor, gênero, deficiência e nível socioeconômico, com ênfase em duas etapas de transição escolar: Pré-escola e Anos Finais do Ensino Fundamental.

› **MOVIMENTO PELA BASE**
CONTRIBUIÇÃO NA AGENDA EDUCAÇÃO JÁ: Ensino Médio e Políticas Pedagógicas

Rede não governamental que, desde 2013, dedica-se a apoiar e monitorar a construção e a implementação de qualidade da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio. Atua por articulação, *advocacy*, engajamento e monitoramento.

› **PROFISSÃO DOCENTE**
CONTRIBUIÇÃO NA AGENDA EDUCAÇÃO JÁ: Professores

Coalizão de organizações do terceiro setor que atuam para a melhoria da Educação com equidade e que tem foco na valorização da carreira docente. Criado em 2017, ocupa-se dos temas como formação inicial de docentes, estágio na licenciatura, seleção de profissionais, formação continuada e melhoria das carreiras para atrair profissionais.

04

Mobilização do debate

DIGITAL

9 mi

ALCANCE E IMPRESSÕES NAS MÍDIAS SOCIAIS

DESTAQUES DE 2024

- PROFESSORES
- ENSINO MÉDIO

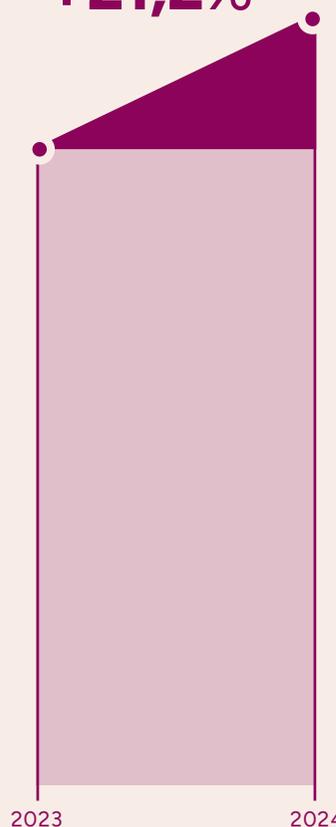


3,6 mi

IMPRESSÕES DOS PORTA-VOZES NAS MÍDIAS SOCIAIS

Aumento de seguidores nas redes de nossos porta-vozes, em relação a 2023:

+21,2%



1,2 mi

VISUALIZAÇÕES NO SITE DO TODOS



270 mil

DOWNLOADS NO SITE DO TODOS



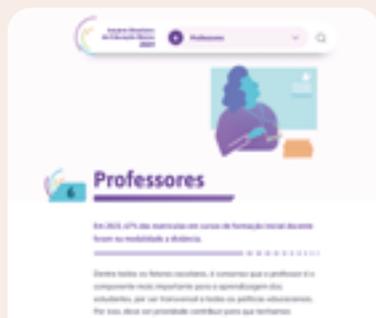
DESTAQUES DE 2024

30 mil downloads nos materiais de Ideb/Saeb

PLATAFORMA ANUÁRIO BRASILEIRO
DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2024

26 mil

VISUALIZAÇÕES EM DOIS MESES



Destaque para a navegação nos capítulos sobre **Professores e Educação para as Relações Étnico-Raciais**

PLATAFORMA
EDUCAÇÃO JÁ MUNICÍPIOS

46 mil
visualizações
na plataforma

16 mil
downloads dos
materiais da
iniciativa

7,3 mil
usuários de
diferentes
municípios
brasileiros
acessaram a
plataforma.



NA MÍDIA

3,8 mil

MATÉRIAS CITANDO O
TODOS PELA EDUCAÇÃO

15

artigos
de opinião

DESTAQUES DE 2024

12 mil visualizações



5 mil visualizações



300

MÉDIA DE MENÇÕES
MENSAIS NA IMPRENSA



DAS MENÇÕES NA IMPRENSA
FORAM SOBRE OS TEMAS
PRIORITÁRIOS DE 2024:

- NOVO ENSINO MÉDIO
- EDUCAÇÃO JÁ MUNICÍPIOS
- PRIMEIRA INFÂNCIA
- FORMAÇÃO DOCENTE

05

Fortalecimento Institucional

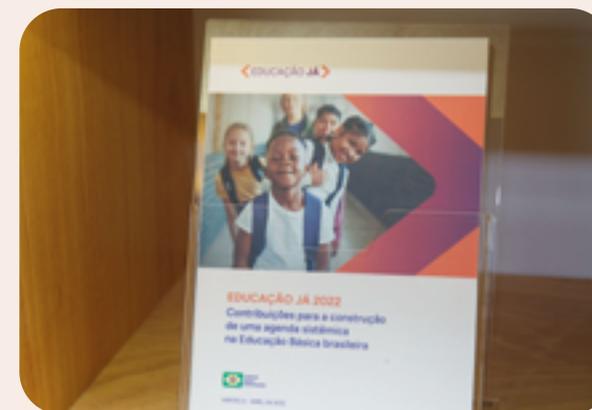
Completamos 18 anos dedicados ao *advocacy* pela Educação Pública, maioridade acompanhada pelo fortalecimento do Todos em diferentes frentes: gente, financiamento e governança institucional. Com um time enxuto, altamente qualificado, formado por pessoas com origens, experiências e competências variadas, fazemos a coordenação de um conjunto de ações de excelência técnica em produção de conhecimento e monitoramento de dados e políticas; articulação intensa com líderes públicos e tomadores de decisões e mobilização de especialistas, terceiro setor e debate especializado. Essa atuação de impacto só é possível com uma equipe-executiva comprometida e motivada, recursos bem geridos e as melhores e mais modernas práticas de governança. Conheça, a seguir, as realizações nessas frentes em nosso último ciclo.



Reposicionamento da marca Todos Pela Educação

Potencializar a marca **Todos Pela Educação**, reforçando sua presença, relevância e influência: esse foi o propósito de um extenso trabalho de reposicionamento de marca que realizamos em 2024, sob a liderança da consultoria Marcas com Sal. Fizemos uma profunda reflexão sobre quem somos, como atuamos e os públicos-alvo com quem nos relacionamos, em uma jornada para ampliar e tornar mais assertiva a aderência da nossa marca para dentro (público interno) e para fora (público externo).

Desse esforço, ajustamos a maneira como comunicamos nosso trabalho de *advocacy* e sua complexidade, a fim de reforçar nosso compromisso com a melhoria do Ensino Básico Público e o avanço da agenda Educação Já. A partir dos diagnósticos, renovamos nosso posicionamento, destacando com maior clareza **por que existimos, o que somos, como fazemos, os atores e as instituições com as quais nos articulamos prioritariamente**, tudo isso expresso em um novo manifesto e em tons verbais e visuais ressignificados.



Gente e Desenvolvimento Institucional

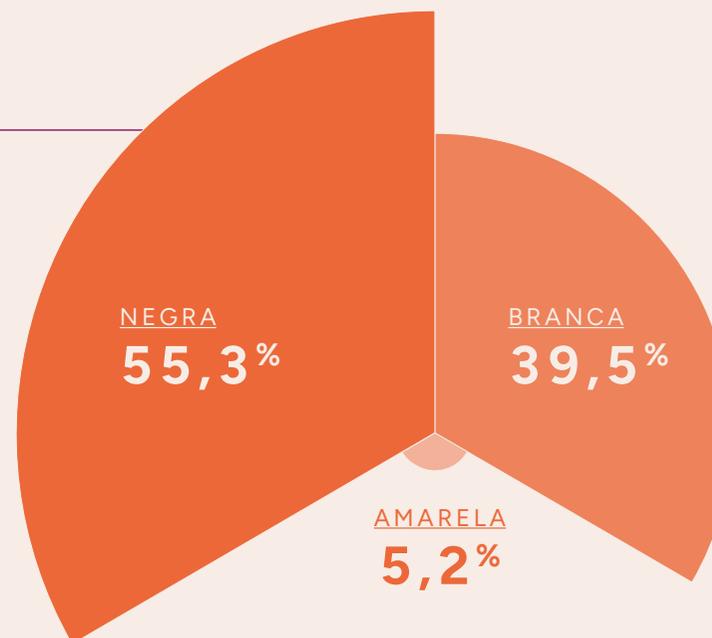
No último ano, também fortalecemos o compromisso com nossos valores, nossos colaboradores e as diversidades a partir da criação da Diretoria de Gente e Desenvolvimento Institucional, um movimento de senioridade da antiga gerência de Gente e Diversidades. A área tem como missão estabelecer uma estrutura de gestão integrada, que promova e fortaleça uma cultura organizacional inclusiva, por meio de um ambiente de cuidado, de engajamento e bem-estar para o time do Todos. Entre as novidades trazidas pela diretoria está a institucionalização de ações como as visitas a escolas públicas, praticadas pelo Todos desde 2018, e o estreitamento de relacionamento com parceiros dos movimentos negros e dos direitos humanos e de proximidade com nossos associados.

● FORTALECIMENTO DO TIME

Em 2024, realizamos um importante movimento de reforço do time do Todos, complementando um processo iniciado em 2023. Foram 18 contratações no período, sendo que 61% delas são de pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas.

DADOS DO CENSO REALIZADO PELO TODOS PELA EDUCAÇÃO EM 2024 COM A SUA EQUIPE

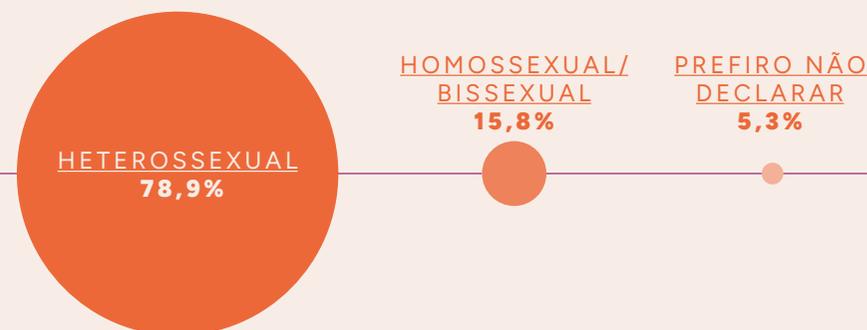
RAÇA/COR



GÊNERO



ORIENTAÇÃO SEXUAL





COMITÊ DIVERSIDADES 2024

Semente de um Todos mais diverso, o Comitê de Diversidades completou cinco anos de existência. Ele reúne colaboradores de diferentes áreas da organização para endereçar discussões e ações que abordem grupos minorizados, como o apoio à realização da Trilha de Equidade de Gênero, ocorrida em 2024. Ligado diretamente à diretoria-executiva do Todos, o Comitê consolidou, no último ano, seu caráter consultivo, e desempenha uma função provocativa e em complemento à coordenadoria de Diversidades da área de Gente e Desenvolvimento Institucional.

Ações que fortalecem a Agenda de Diversidades

NOVEMBRO NEGRO

Com o compromisso de fortalecer a temática da equidade racial na Educação nos canais da nossa marca, realizamos uma série especial de postagens durante novembro. José Vicente, professor e reitor da Universidade Zumbi dos Palmares e nosso associado, Paula Beatriz de Souza Cruz, diretora da Escola Estadual Santa Rosa de Lima, e Rayssa Winnie, sócia-fundadora da Kindezi Brasil, trouxeram para nossas mídias sociais reflexões sobre os desafios e oportunidades para o avanço das políticas voltadas à promoção das relações étnico-raciais e combate ao racismo na Educação Pública.

Reforçando essa mobilização, duas líderes negras do Todos Pela Educação Priscilla Cabral e Fernanda Santoro, respectivamente, diretoras de Comunicação e Desenvolvimento Institucional, publicaram um artigo no Portal Notícia Preta sobre a importância das empresas abordarem a equidade racial o ano inteiro e com intencionalidade. O texto destaca que, apesar dos avanços, ainda há resistência ao debate sobre racismo, e barreiras estruturais que limitam a presença de pessoas negras em cargos de liderança e, ainda, importantes desafios na Educação.





“O Novembro Negro é um marco sim, mas a luta por equidade racial precisa ser contínua e intencional na agenda de qualquer organização que realmente deseja promover mudanças. É uma questão de comprometimento e posicionamento ao longo de todo o ano. A pauta não pode ser sazonal ou estratégica apenas no discurso. É preciso que ela seja vivida, praticada e mensurada, dia após dia.”

**Priscilla Cabral
e Fernanda Santoro**

diretoras de Comunicação e Desenvolvimento Institucional



■ TODOS NA ESCOLA

Desde 2018, nossa equipe realiza curtas imersões em escolas públicas, passando algumas horas nas unidades para aprender sobre o dia a dia escolar e entender os desafios das diferentes modalidades de ensino e de sua gestão na prática. Em mais uma dessas incursões, em novembro, visitamos a Escola Quilombola Felizarda Maria da Conceição de Azevedo, no município de Quissamã (RJ), que possui o melhor Ideb entre as escolas quilombolas do estado. A instituição está localizada no Quilombo de Resistência Machadinha, integrando-se ao complexo quilombola como um todo. “O que mais me marcou na escola quilombola de Quissamã foi a forte conexão entre a instituição e a comunidade. Ali, a Educação se integra ao cotidiano, à cultura e à história local, com alunos pesquisando suas origens e os mais velhos participando ativamente do processo. Essa vivência reforçou em mim a importância de uma escola que faça sentido para a realidade dos estudantes”, disse Pedro Rodrigues, nosso coordenador de Políticas Educacionais.



PROGRAMA DE LIDERANÇAS ANTIRRACISTAS

Em 2024, o Todos Pela Educação foi convidado a participar do Programa de Lideranças Antirracistas, uma trilha formativa sobre equidade racial voltada a lideranças do Terceiro Setor e da filantropia brasileira, idealizada e promovida pela Mahin Consultoria Antirracista, com financiamento da Imaginable Futures, que também é uma das organizações mantenedoras do Todos. Priscilla Cabral, diretora de Comunicação e Eventos, foi indicada para representar a organização, que contou com seis encontros presenciais em diferentes territórios do país e mais de 110 horas de formação, envolvendo vivências culturais, rodas de diálogo e dinâmicas coletivas. A proposta teve como objetivo aprofundar o entendimento de como decisões históricas moldam as desigualdades raciais atuais, refletir sobre o papel

das lideranças — especialmente brancas — na construção de uma sociedade mais justa, e provocar a criação de planos de ação institucionais e individuais com foco na transformação. O grupo percorreu quatro territórios fundamentais: São Paulo, onde a proposta foi dar visibilidade às histórias apagadas da população negra e reconhecer o território onde atuam muitas das organizações participantes; Salvador, onde a valorização da cultura negra se deu sob as perspectivas da alegria, criatividade e ousadia no enfrentamento das desigualdades; Manaus, que lembrou que liderar é também equilibrar emoções e reconheceu a potência dos saberes indígenas; e Belém, onde foi possível se conectar com histórias e cosmologias afroindígenas, ampliando repertórios e inspirando novas formas de liderança.

RODA DE CONVERSA: INTERSECCIONALIDADE RACIAL E LGBTQIAPN+

Em setembro, quando completamos 18 anos do Todos, realizamos um evento especial: uma roda de conversa sobre interseccionalidade - que investiga a sobreposição de marcadores identitários e sociais - com a comunicadora Niodara Yabá, especialista em diversidade, igualdade e inclusão. O momento foi de renovação do compromisso por uma Educação Pública de qualidade, acessível, antirracista e democrática.

TRILHA DE EQUIDADE DE GÊNERO: DEBATE E DIÁLOGO SOBRE DESIGUALDADES

Composta por 78% de colaboradoras, nossa equipe participou, ao longo do ano, de uma trilha formativa de equidade de gênero liderada pela Éssi Consultoria e idealizada pela área Gente e Diversidades, articulada com o Comitê de Diversidades do Todos. A jornada formativa de seis encontros conduziu nossos colaboradores por um panorama histórico sobre a mulher no Brasil e no mundo; interseccionalidades das experiências de mulheres negras e mães; dos desafios a serem superados pelas mulheres em seus múltiplos papéis sociais e de como os homens se inserem nesse debate. A jornada abrangeu também vieses inconscientes discriminatórios, efeitos do mercado de trabalho e práticas antimachistas.

Para onde levamos nossa marca

EVENTO LED: CONTRA MITOS SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA



Priscila Cruz esteve no painel “Educação: O que é mito e o que é fato?”, no Festival LED - Luz na Educação, realizado pela Rede Globo, da Fundação Roberto Marinho e da editora Globo, com apoio do Todos. Com as presenças de Gina Vieira, professora, Kaique Brito, podcaster, e Luiz Roberto Liza Curi, ex-presidente do Conselho Nacional de Educação, o debate passou por temas como formação da juventude, ensino com significado, mudança curricular e a limitação da Educação a Distância na formação dos futuros professores.

RIO2C - COMO SE FORMA UMA LÍDER

Em maio, Priscilla Cabral, nossa diretora de Comunicação, mediu o debate “O mundo é uma sala de aula: a jornada educacional de uma grande líder” no evento Rio2C (lê-se Rio To See, em tradução livre, Rio para se ver). Na mesa, Adriana Barbosa, empreendedora de impacto social e economia criativa, Watatakalu Yawalapiti, ativista e líder do povo Yawalapiti, e Tarciana Medeiros, presidenta do Banco Brasil, compartilharam histórias e aprendizados sobre como o olhar diverso potencializa negócios.



MÍDIAS E IMPACTO SOCIAL: O TODOS NA QUALIFICAÇÃO DO DEBATE PÚBLICO

A trajetória do Todos Pela Educação na qualificação do debate sobre Educação Pública foi traduzida na forma de um capítulo do livro “*Mídias Educativas e Impacto Social*”, idealizado pelo Canal Futura e pela Fundação Roberto Marinho. Escrito por Daniel Corrá, gerente de Comunicação Especializada, e Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos, o capítulo “Educação Já: uma agenda transformadora na cobertura da mídia” aborda como o jornalismo tem papel fundamental na comunicação de causas importantes, como a Educação Básica.

CONHEÇA A
PUBLICAÇÃO



APOIO AO INSTITUTO RODRIGO MENDES: UM GUIA SOBRE O DIREITO À INCLUSÃO

Famílias de crianças com deficiência encontraram uma ferramenta valiosa no “*Guia sobre inclusão escolar: Orientações para famílias de crianças e adolescentes com deficiência*”, publicação do Instituto Rodrigo Mendes que o Todos Pela Educação apoiou. O material traz o significado da Educação Inclusiva e apresenta os critérios que definem se uma escola tem um projeto inclusivo e se ela tem abertura para o diálogo.

O GUIA ESTÁ
DISPONÍVEL
EM VERSÃO
DIGITAL



Todos fazem o Todos



PRISCILA
CRUZ



OLAVO
NOGUEIRA



ADRIANA
MANARIM



ALICE
ANDRÉS
RIBEIRO



ALINE
GOMES



ALINE
MARQUES



AMANDA
PETRAGLIA



ANA PAULA
ARAÚJO



BERNARDO
BAIÃO



BRUNA
RODRIGUES



CLAUDIANE
CYRINO



DANIEL
CORRÃ



DANIELA
JEUNON



DANIELA
MENDES



DIANA
LIMA



ERICK
JESUS



FABIANA
GUIMARÃES



FERNANDA
LOURENÇO



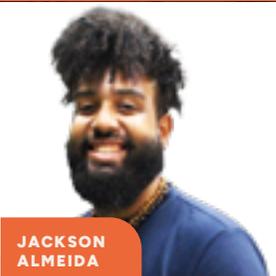
FERNANDA
SANTORO



GABRIEL
CORRÊA



IVAN
GONTIJO



JACKSON
ALMEIDA



JACKSON
PINHEIRO



JANAÍNA
CARVALHO



JÔNATAS
RIBEIRO



JORGE
SANTANA



Nosso time é formado por pessoas com origens, experiências e competências variadas, trabalhando juntas por um propósito: escola pública de qualidade para todas as crianças e jovens no Brasil.

Governança

Temos uma estrutura de governança institucional robusta. Ela assegura, ao mesmo tempo, direção estratégica e autonomia para a equipe-executiva, constituída por profissionais com formação e experiência em Educação e governo. Posicionamentos do dia a dia e produções técnicas são prerrogativas integrais e exclusivas do time executivo do Todos, sem necessidade de validação pelo Conselho Deliberativo, a quem cabe apenas aprovar as macroestratégias e o plano de ação anual.

CONSELHO DELIBERATIVO

Ana Amélia Inoue
Binho Marques
Eduardo Mazzilli de Vassimon
Giovanni Harvey
Nina Beatriz Stocco Ranieri
Paula Louzano
Paulo Sérgio Kakinoff
Ricardo Ubiraci Sennes
Priscila Cruz

CONSELHO CONSULTIVO

Ana Maria S. Diniz D'Avila
Ana Amélia Inoue
Antônio Jacinto Matias
Fernando Luiz Abrucio
Jair Ribeiro da Silva Neto
Maria Lucia Meirelles Reis
Mozart Neves Ramos
Rodolfo Villela Marino

CONSELHO FISCAL

Américo Mattar
Anna Maria Temoteo Pereira
Gilberto Bagaiolo
Junio Fuentes

CONSELHO DE FUNDADORES

Jorge Gerdau Johannpeter
Daniel Feffer
Jayme Sirotsky
Luis Norberto Pascoal
Milú Villela
Viviane Senna
Wanda Engel Aduan

Mantenedores

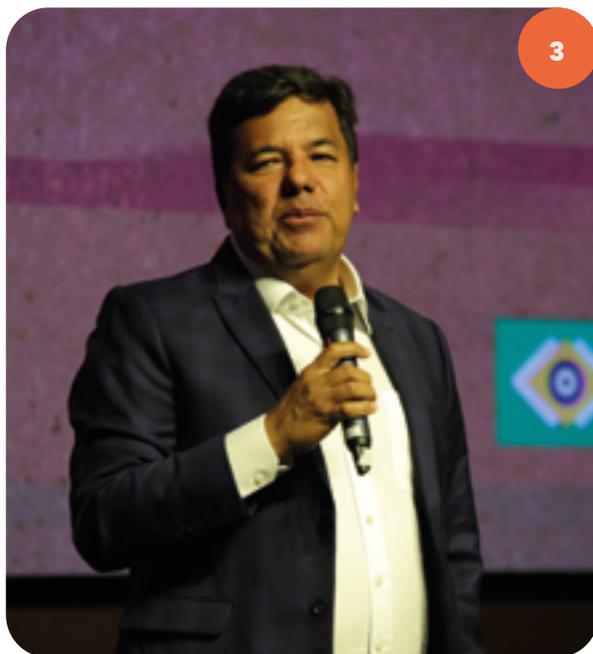
O Todos Pela Educação é integralmente financiado por pessoas físicas, empresas, fundações e institutos filantrópicos, todos identificados de maneira transparente em nosso site. Essas entidades compartilham nosso compromisso com a pauta e reconhecem a responsabilidade conjunta em promovê-la. Portanto, não captamos recursos públicos, nem mesmo por meio de convênios com governos; e tampouco comercializamos qualquer tipo de produto educacional.



Priscila Cruz
durante o Encontro
de Mantenedores
de 2024.

0 ENCONTRO DE MANTENEDORES 2024

Em setembro, o Todos Pela Educação realizou seu encontro anual com mantenedores, ocasião que simbolizou a renovação do compromisso da instituição com a Educação. O impacto das ações realizadas ao longo do ano na esfera subnacional foi demonstrado, e o Todos compartilhou com seus apoiadores sua estratégia futura. O encontro também serviu de oportunidade para apresentar a atuação do Todos no advocacy em políticas educacionais com abrangência nacional, como nos temas da Política Nacional Integrada pela Primeira Infância e do Novo Ensino Médio, concretizadas nos testemunhos presenciais de lideranças públicas diretamente impactadas pelas nossas ações.



1 Diego Callegari, secretário municipal de Educação de Joinville (SC)

2 Juliana Rohsner, secretária municipal de Educação de Vitória (ES)

3 Mendonça Filho, deputado federal

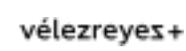
4 Paulo Pereira, secretário executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável do Ministério das Relações Institucionais

CAMPANHA "DOE PARA A EDUCAÇÃO, ALIMENTE O MUNDO DE SABER" - IFOOD

No mês da Educação, celebrado em abril, e no dia do professor, comemorado em outubro, tivemos o apoio do iFood por meio de uma campanha de arrecadação. A ação "Doe para Educação, alimente o mundo de saber" arrecadou doações para organizações sem fins lucrativos que trabalham com Educação. O Todos Pela Educação foi uma das organizações que recebeu ajuda de consumidores que usam a plataforma. Com isso, milhares de pessoas contribuíram com o nosso trabalho.

QUEM APOIA O NOSSO TRABALHO

A colaboração e apoio de uma rede de pessoas comprometidas com a causa é o que possibilita nosso trabalho. A elas, nosso muito obrigado.





TODOS
PELA
EDUCAÇÃO